

## Políticas Públicas e Interesses Privados: uma análise a partir do corredor de Nacala em Moçambique<sup>1</sup>

Karina Kato<sup>2</sup> e Ana Garcia<sup>3</sup>

“Nós expulsamos o colonialismo e agora estão querendo trazer de volta o colonialismo para Moçambique. Nós não aceitamos. Lutamos para libertarmos o homem e a terra. E depois, dizia o nosso primeiro presidente, vamos defender o homem e a terra. Hoje nós estamos entregando a terra. Não estamos defendendo o homem”<sup>4</sup>

### Resumo:

Nos anos 2000, a política externa brasileira apresentou uma notória curva em direção ao aprofundamento e à expansão das relações com o “Sul global”, num momento de grande pujança das economias emergentes. Esse movimento se fez acompanhado da internacionalização da economia brasileira, tendo a frente as empresas brasileiras com amplo suporte do Estado. Foi nesse contexto que a África, em particular os países de língua portuguesa, ganhou importância nas relações internacionais do Brasil, com o aumento considerável nos investimentos estrangeiros e nas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. Ao chegarem aos países receptores e aos territórios concretos de realização, a cooperação e os investimentos privados se mesclam e produzem nos territórios os mais variados efeitos.

O artigo pretende chamar atenção para a importância dos corredores econômicos como eixo de conexão entre investimento estrangeiro e cooperação e demonstrar como os mesmos tem se tornado centrais nas estratégias de Estados, organizações multilaterais e de instituições financeiras internacionais. Nosso artigo se debruçará sobre o Corredor Econômico de Nacala, peça central na estratégia de inserção internacional de Moçambique no comércio internacional por meio da exportação de recursos naturais, e ponto de convergência de variados investimentos e iniciativas de cooperação para o “desenvolvimento”. Recorrendo a uma literatura recente que versa sobre *land grabbing* e estrangeirização de terras, pretendemos mostrar que esses investimentos, ao mesmo tempo que ampliam as fronteiras de acumulação de capital, colocam em marcha nos países receptores diferentes formas de acumulação por espoliação. Seus principais resultados são a crescente mercantilização das terras e o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento desigual e concentrador, cuja força motriz é a crescente competição por terras e recursos naturais.

---

<sup>1</sup> Primeira versão preliminar, sujeita a modificações e alterações.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP) e do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Relações Internacionais. Pesquisadora colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

<sup>3</sup> Professora do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DHRI/UFRRJ) e coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Relações Internacionais. Pesquisadora colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

<sup>4</sup> Trecho da entrevista realizada durante o trabalho de campo com uma liderança da UNAC do Corredor de Nacala.

## 1. Introdução: Boom das *Commodities*, Relações Sul-Sul e “Oportunidades” de Desenvolvimento

Na virada do século XXI o capitalismo global foi marcado por intensas transformações políticas e econômicas com impactos significativos na produção, no comércio mundial e na corrida pela apropriação de recursos naturais em todo o globo (KIELY, 2015, p. 1). Destaca-se nesse cenário o crescimento vigoroso das economias emergentes<sup>5</sup>, em particular dos BRICS, reforçando as vozes que pregavam um novo equilíbrio no sistema internacional (FMI, 2011, p.32). Ainda que as economias centrais sigam importantes no mercado mundial, o vigor das relações Sul-Sul sugeria um novo futuro para o desenvolvimento global (FMI, 2011, p. 6).

O discurso hegemônico, não raro, celebrava a relação “ganha-ganha” entre as crescentes exportações primárias (comércio), os investimentos provenientes de países emergentes e os projetos de cooperação entre os países do Sul. Um dos principais traços desse período recente foi o *boom* nos preços das *commodities*<sup>6</sup> (ERTEN e OCAMPO, 2012). Num curto período de tempo (2003 a 2008), os preços da energia e dos metais mais que dobraram. O preço das *commodities* agrícolas subiu 75%. As causas para o aquecimento dos mercados das *commodities* são inúmeras: efeitos de mudanças climáticas sobre algumas lavouras; redução no ritmo das inovações agrícolas e nas taxas de produtividade; influência da desvalorização do dólar<sup>7</sup>; o aumento no preço do petróleo com impactos na dinâmica de custos das *commodities* (em particular agrícolas), aumento dos custos dos insumos (fertilizantes, petroquímicos) e crescimento da demanda por agrocombustíveis (*flex-crops*). A valorização nas *commodities* refletiu, também, o movimento de baixa de juros promovido pelo Federal

---

<sup>5</sup> Kiely (2015, p. 1) em seu livro “Global Inequality and the Rise of the South” e com base numa extensa pesquisa bibliográfica e documental, destaca que, num cenário de potências centrais abaladas pela crise financeira, contrastava a imagem de um Sul ressurgente que apresentava avanço no desenvolvimento humano, crescimento econômico acelerado e progressos na redução da pobreza. As economias emergentes, os BRICS e a China, em particular, exibiram elevadas taxas de crescimento econômico, levando a Goldman Sachs -responsável por cunhar o termo BRICS em 2001- a afirmar que após a crise de 2008 a tese dos BRICS realmente havia se tornado uma realidade.

<sup>6</sup> Para esses autores, o atual período de boom das *commodities* pode ser caracterizado por ser um super-ciclo, diferenciado de flutuações de curto-prazo causadas apenas por fatores microeconômicos. Em primeiro lugar, esse super-ciclo tende a gerar ciclos de 20-70 anos. Segundo, eles são observados num amplo leque de *commodities*, em particular, naquelas que são insumos para a produção industrial e o desenvolvimento urbano de economias emergentes. A natureza dos fatores que fomentam esse ciclo, adicionalmente, tendem a fazer com que os preços individuais das *commodities* se movam, mais ou menos, juntos numa correlação positiva forte (ERTEN e OCAMPO, 2012).

<sup>7</sup> Alguns autores destacam que haveria uma correlação inversa entre o dólar e as *commodities*. Como os preços internacionais das *commodities* tem como parâmetro o dólar, uma desvalorização dessa moeda tornaria as *commodities* mais baratas para os países importadores, o que estimularia a demanda e, logo, os preços internacionais. Adicionalmente, um dólar mais fraco significaria perdas cambiais aos produtores que acabariam estimulados a ajustar seus preços como forma de compensação das perdas. E, por fim, haveria um incentivo à busca de proteção por meio de aplicações em mercados de derivativos (*commodities*) frente a um dólar mais fraco. Black (2012, p. 73) especula que um dólar desvalorizado nesse período estava relacionado com a valorização do petróleo, compensação da menor receita para os países exportadores. O extravasamento para as demais *commodities* ocorreria via choques de custos. Assim, o declínio do dólar impactou fortemente os preços de petróleo no início de 2005.

Reserve (FED) no início dos anos 2000 e a crise financeira de 2008, valorizando alternativas lucrativas de investimentos financeiros<sup>8</sup> (BLACK, 2012).

O aumento da demanda mundial de *commodities* no tempo recente não pode ser dissociado do crescimento dos países emergentes, e da China (LAWSON, HEAKOCK e STUPNYTSKA, 2006; KIELY, 2015). Esse novo cenário trouxe oportunidades e desafios para os países detentores de amplas reservas de recursos naturais e de grandes extensões de terras agricultáveis. A corrida para maiores fatias desses mercados gerou um processo de “primarização<sup>9</sup>” do mundo (Apex-Brasil, 2011), abrindo brechas para a maior integração dos países ricos em recursos naturais aos mercados mundiais. De 1995 a 2009, a dependência das exportações de produtos intensivos em recursos naturais era de 87,3% para Oriente Médio (em 2009, em grande parte puxadas pelo petróleo), 78,8% para África e 76,6% para Oceania (UNCTAD, 2015). A América Latina não ficou muito atrás, com uma dependência de 58,3% em 2009.

Isso aumentou o entusiasmo com o “novo papel e peso” dos países do Sul em moldar a “nova” ordem global. Segundo o FMI (2011, p. 36 tradução nossa) “(...) o peso dos BRICs se amplia na economia mundial e a performance econômica dos países de baixa renda se fortalece, ambos os grupos de países cientes dos benefícios de ampliar sua cooperação econômica.” A convergência global do “desenvolvimento” tinha sua força motriz nos BRICS, que se tornaram importante impulso para as exportações de *commodities* dos países de baixa renda (incluindo efeitos indiretos derivados do aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional) e importantes vetores de fortalecimento da capacidade produtiva e diversificação das economias (FMI, 2011; The Spectator, 2012; O’NEILL, 2013, p.232 apud. KIELY, 2015, p. 3).

Uma dimensão importante desse processo foi o boom nos investimentos diretos estrangeiros no nível global, em particular, em setores ricos em recursos naturais (FERREIRA, 2016). Se antes os fluxos de investimentos diretos estrangeiros se direcionavam sobretudo para os países desenvolvidos, em 2012, os países em desenvolvimento e os países em transição (antigos países socialistas) passaram a ter uma maior participação (UNCTAD, 2013b apud. KIELY, 2015, p.76). Os BRICS, por sua vez, ampliaram o papel de provedores de investimentos diretos (ainda que a participação dos

---

<sup>8</sup> Essa influência é tanto maior, quanto amplia-se o papel dos investidores institucionais como fundos de pensão, fundos soberanos entre outros, que administram e direcionam ao mercado somas consideráveis de recursos que são aplicados em mercados futuros de *commodities*, exercendo uma forte pressão sobre os preços.

<sup>9</sup> Segundo estudo da Apex-Brasil (2012) a China constituiu um caso paradigmático na medida em que ganhou *market share* nas exportações de produtos primários e manufaturados intensivos em recursos naturais, ao mesmo tempo em que apresentou perda relativa de importância destes produtos em sua pauta exportadora, não consistindo, portanto, numa tendência à primarização.

países centrais e da OCDE siga majoritária) (UNCTAD, 2016; FMI, 2011). Moçambique configurou como um dos cinco maiores destinos para investimentos nos últimos anos (UNCTAD, 2016, p. 71).

Não obstante o discurso otimista, esta trajetória recente de maior proximidade Sul – Sul e de aquecimento do mercado de *commodities* se fez acompanhada, também, de muitos desafios e riscos. O FMI (2011, p. 37-8) elenca algumas ameaças: evitar a dependência de recursos naturais (maldição dos recursos); atrair investimentos que fortaleçam a capacidade produtiva doméstica e melhorem a competitividade em bens manufaturados; acessar financiamentos externos, transparentes e que garantam um endividamento administrável e sustentável. Segundo o FMI, é aconselhável a realização de reformas políticas, liberalizantes, que aprofundem a integração à ordem global.

O artigo aqui proposto, parte de uma leitura mais crítica dessa trajetória recente. Com o crescimento dos investimentos, a maior integração comercial e a realização de muitos projetos de cooperação (GARCIA e KATO, 2014 e 2016) multiplicam-se os impactos econômicos, sociais e ambientais associados à expansão do agronegócio para a produção de grãos, ao avanço de megaempreendimentos de mineração de minérios e carvão e à estruturação de megaprojetos logísticos que rasgam os territórios. Pretendemos, a partir de um caso concreto<sup>10</sup>, mostrar que esses investimentos e fluxos comerciais, ao ganharem materialidade nos territórios, ampliam as fronteiras de acumulação de capital e colocam em marcha dinâmicas de desenvolvimento desiguais e concentradoras cuja força motriz é a competição por recursos e terras. Ancoraremos nossa análise no Corredor Econômico de Nacala, peça central na estratégia de inserção internacional de Moçambique por meio da exportação de recursos naturais e eixo privilegiado de conexão entre os investimentos (empresas) e as políticas de cooperação (GARCIA e KATO, 2014 e 2016).

---

<sup>10</sup> A pesquisa que embasou este artigo foi realizada com o apoio e a parceria do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). As autoras realizaram pesquisa de campo em Moçambique no período de 16 a 30 de agosto de 2014. Nesse período, foram realizadas 15 entrevistas com camponeses, atores governamentais, lideranças tradicionais, representantes de movimentos sociais, trabalhadores da linha férrea, funcionários do porto, gestores públicos, pesquisadores e acadêmicos, entre outros. A pesquisa de campo percorreu o Corredor de Nacala e fez paradas para realização de entrevistas em: Tete – Moatize (reassentamento Catemi e 25 de setembro; Cambulatsitsi); às margens do lago Niassa no Malaui (estação de Balaka e N’Kaia); Mandimba (Moçambique); Cuamba (onde visitamos um apeadeiro durante a partida do trem); Mutuali; Ribáuê; Nampula (visita e entrevista com o docente da Universidade do Luírio, entrevista com Combonianos); Nacala (entrevista com Justiça e Paz, entrevistas e visita ao Porto de Nacala, a Nacala-a-Velha, ao aeroporto construído pela Odebrecht, e entrevista com o GAZEDA); e Maputo, entrevista com o Ministério das Finanças, com a UNAC, ADECRU e acadêmicos.

## 2. Sistema Agroalimentar e Recursos Naturais: enquadrando o debate

A compreensão do período recente e da centralidade dos alimentos e das *commodities* no comércio internacional exige a mobilização de ferramentas e categorias da Economia Política e da Ecologia Política. Mobilizaremos o conceito de regime alimentar para construir uma perspectiva do sistema alimentar global, enfatizando o papel central que os alimentos tem na economia política global e na constituição de relações de poder no sistema capitalista (MCMICHAEL, 2009, p. 148).

Não é nosso objetivo aprofundar na discussão dos primeiro e segundos regimes alimentares. O primeiro regime alimentar (colonial-diaspórico 1870-1930), corresponderia à construção e consolidação da hegemonia Britânica e das relações estabelecidas no regime colonial. Agriculturas monocultoras de larga escala eram impostas nas colônias e a Grã Bretanha terceirizava a produção de alimentos. Grosso modo, o segundo regime alimentar (mercantil-industrial, 1950-1970), em contexto da Guerra Fria, organizou os fluxos de excedentes de *commodities* dos Estados Unidos para seus impérios informais de estados pós-coloniais. As ajudas alimentares eram instrumento de geopolítica norte-americana, que subsidiava salários, encorajava a industrialização nacional-desenvolvimentista dos países e fortalecia dos EUA na Guerra Fria. A Revolução Verde e a promoção de propriedades privadas e individuais eram incentivadas (MCMICHAEL, 2009, p. 141-2).

Há ainda um grande debate se teríamos hoje um terceiro regime agroalimentar (pós-1980). No cenário recente, contudo, é central o poder das grandes corporações transnacionais. Friedman entende que o regime alimentar corporativo e ecológico atual, ainda emergente, é conformado por uma constelação de governos, corporações, organizações coletivas, indivíduos etc. cujas ações tendem à acentuação das desigualdades entre ricos e pobres. Alguns traços importantes desse regime são a integração de novas regiões às globais cadeias de proteína animal (China, Brasil etc.), o poder crescente dos supermercados, a diferenciação do consumo em nichos e de acordo com a renda, bem espoliação crescente de pequenos agricultores e povos e comunidades tradicionais (MCMICHAEL, 2009, p. 142).

McMichael vê a ordem mundial neoliberal sobreposta ao regime alimentar corporativo. A retórica do livre comércio é fortalecida: fomenta-se as agroexportações e preserva-se, ao mesmo tempo, os subsídios dos países do Norte, mas se pressiona os países do Sul pela remoção de proteções aos setores agrícolas. O regime alimentar corporativo, sendo assim, é indissociável das forças da globalização, do poder das corporações e baseado na agricultura monocultora e agroexportadora, cujo traço maior é a expropriação em larga escala (sua contradição fundamental). Novos acordos, tratados e instituições que dão poder e protegem as transacionais dão suporte a esse

regime, no qual a terra e os recursos naturais ganham uma nova centralidade nas estratégias de empresas e Estados (FERREIRA, 2016; McMICHAEL, 2009).

No terceiro regime, as contradições também se fazem presentes. Friedman aponta o capitalismo verde, que é simbólico da conformação de um novo padrão de acumulação baseado na apropriação seletiva das demandas dos movimentos sociais e ambientais (comércio justo, saúde do consumidor, bem estar animal). McMichael foca na mobilização transnacional de movimentos sociais, em particular, camponeses (comida de nenhum lugar *versus* comida de algum lugar) sob a bandeira da soberania alimentar (MCMICHAEL, 2009, p. 147).

Partindo de uma reformulação marxista dos regimes alimentares, Araghi (2003, p. 58) procura olhar para além dos regimes para pensar as relações de valor globais. Para ampliar a taxa de mais valia, os capitalistas precisam aumentar o número de horas trabalhadas na produção de mercadorias (extensiva ou intensivamente); e/ou reduzir os custos do salário pela redução do preço dos bens salário (ARAGHI, 2003, p. 43-6). Os alimentos e os recursos naturais, aí, ganham centralidade na estratégia dos capitalistas. Existiriam dois imperialismos enraizados. O primeiro (século XVI a XIX) foi a condição para a emergência do capitalismo industrial europeu, envolvendo a acumulação primitiva de capital, confiscos de terras e recursos em países não europeus, subjugação de indústrias, especialização forçada etc. O segundo (pós-1980, neoliberalismo) seria consequência da dominância do capital industrial no século XIX, reorganizando o comércio das colônias para a exportação de mercadorias de consumo de massa, bens salários, para trabalhadores industriais e de matérias primas para a indústria. O período de 1945 a 1973, não corresponderia a um segundo regime, mas a uma ordem alimentar baseada em ajuda alimentar de um período reformista excepcional do capitalismo mundial (ARAGHI, 2003, p. 50-7).

O capital, logo, se utiliza da combinação de trabalho livre e forçado, no contexto geopolítico global atual, para conseguir força de trabalho com valor inferior ao seu custo de reprodução. O globo é o tabuleiro de atuação e os espaços são selecionados a cada estratégia. Políticas neoliberais de flexibilização e de fomento a mercados informais e desapropriação são convergentes com a reestruturação e reorganização global do capital (ARAGHI, 2003, p. 60).

Buscando complexificar o estudo do sistema agroalimentar mundial, Wilkinson e Goodman (2017, p. 277) fazem uma crítica à teoria dos regimes alimentares, pois não daria conta da pluralidade de ordens alimentares regionais. Apontam, portanto, a necessidade de revisão de conceitos, relações de causalidade, periodização e dispositivos analíticos, rompendo com a homogeneização, e procurando lançar luz para a diversidade de trajetórias agrárias e a variedade de paisagens institucionais que conformam o regime alimentar no período atual (WILKINSON e GOODMAN, 2017, p.

278). Reconhecem forças de transformação nos sistemas alimentares que devem ser consideradas, como o peso crescente de outros países no comércio e nos investimentos globais, como os BRICS, em particular a China; o pouco reconhecimento do papel do Estado e das políticas de desenvolvimento nacionais na conformação de trajetórias diferenciadas; as dinâmicas de financeirização da terra e da agricultura; bem como a centralidade das disputas por recursos naturais no cenário recente (WILKINSON e GOODMAN, 2017, p. 289-90).

## 2. Corredores Econômicos, Acumulação de Capital e o Sistema Capitalista Corporativo

Uma dimensão importante do sistema agroalimentar, desde a sua origem, consiste na estruturação e consolidação de fluxos de *commodities* e mercadorias que, por meio de cadeias cada vez mais globais e sob controle de grandes corporações transnacionais, conectam a produção ao consumo (WHITE et al, 2012). Essas conexões dependem da construção de infraestruturas voltadas especificamente para a viabilização da extração e do transporte de materiais de uma parte do mundo para outra (SASSEN, 2016). Inserem-se nessa categoria corredores econômicos, clusters, parques e distritos industriais, zonas especiais econômicas e tecnopolos (NOGALES, 2014, p. 1). No contexto contemporâneo, denominado por Sassen (2016, p. 21) de nova fase do capitalismo avançado, essas estruturas integram complexos mecanismos de acumulação primitiva que são reinventados e que definem a nova geografia da extração produtora de desequilíbrios acentuados com relação ao uso dos recursos naturais.

Os corredores econômicos, objeto de nossa análise, fomentam atividades econômicas variadas a partir da combinação de estruturas logísticas e de um aparato amplo de políticas públicas específicas e diferenciadas a fim de desobstruir os fluxos econômicos (NOGALES, 2014, p. 8; HOPE e COX, 2015, p. 46). Seu principal objetivo é encurtar o tempo de deslocamento e desobstruir os fluxos de capital (CERDAS, 2017). Ao mesmo tempo, tem um papel crescente na atração dos investimentos e no fomento de novas atividades econômicas (NOGALES, 2014, p. 10).. Especializam-se em diferentes *commodities*, dependendo de suas competências, dos recursos e da sua localização (diferenciam-se pelo escopo geográfico, pelos setores envolvidos e pelo seu impulsionador -*drivers*<sup>11</sup>).

---

<sup>11</sup> Do ponto de vista geográfico, podem ser locais, subnacionais, regionais, nacionais ou transnacionais. De acordo com a perspectiva setorial, corredores podem ser monosssetoriais, ou multissetoriais (quando focam em diversas industriais e setores). Ademais, os corredores se diferenciam a partir de quais são os atores ou dinâmicas que os impulsionam. A maior parte dos corredores se formam a partir de uma dinâmica de cima para baixo (*top-down*) e envolvem muitas autoridades públicas de distintas escalas. Outros partem de iniciativas de atores da comunidade internacional (doadores, instituições financeiras internacionais, agências técnicas etc.) em operação próxima com os governos nacionais. Outros envolvem em grande parte interesses privados, ou dinâmicas de baixo para cima (*bottom-up*) protagonizadas por atores da sociedade civil organizada (NOGALES, 2014).

A origem dos corredores de transporte e comerciais é antiga. A rota comercial Trans-Saariana cruzando Wadi Hammamat já existia em a 4000 anos antes de Cristo, interligando o Nilo ao Mar Vermelho<sup>12</sup>. Era parte importante da Rota da Seda (Silk Road) e um importante espaço de transmissão e interação cultural na Ásia (HOPE e COX, 2015, p. 1). Esses corredores se fortalecem e multiplicam com o avanço do capitalismo. Dye e Grappi (2015, p. 155) destacam que a Revolução Industrial e o colonialismo foram responsáveis pela consolidação de fluxos de matérias-primas e economias de *plantation*. Hobsbawm (1995), aponta para a centralidade da indústria algodoeira e do comércio colonial no fomento das inovações tecnológicas que culminaram na Revolução Industrial no século XIX. As ferrovias aceleraram a revolução industrial e sustentaram as taxas de lucro e de crescimento econômico.

Os corredores encerram duas dimensões: uma física e uma funcional (HOPE e COX, 2015, p. 2). A física (*hard*) corresponde à conexão de grandes aglomerações (nós econômicos), incluindo uma ou mais rotas de transporte, ao longo de uma área geográfica. Os pontos de conexão com o exterior (*Gateways*, tradução livre), que são portos e aeroportos, interligam o corredor com o entorno mais amplo e com fluxos globais. A funcional (*soft*) harmoniza o quadro institucional relacionado com o campo tecnológico, organizacional, trabalhista, logístico e legal. Conectam pontos e, ao mesmo tempo, reforçam a necessidade de eliminação de barreiras entre mercadorias e pessoas, e de simplificação de procedimentos burocráticos e comerciais (NOGALES, 2014, p. 10). Tem, portanto, uma forte dimensão política, sustentada por arranjos de atores públicos e privados diversificados que advogam por políticas liberalizantes e flexibilização de legislações ambientais, sociais, trabalhistas e de regulação de recursos naturais. O Estado tem um papel central.

São, logo, mais do que a combinação de diferentes meios de transporte. Hope e Cox (2015, p. 3) elaboraram um esquema analítico linear dos diferentes estágios dos corredores de desenvolvimento que parte do simples corredor básico de transporte, com foco na estrutura física, ao corredor econômico, com estruturas econômicas e políticas mais amplas e o uso de instrumentos *soft* e *hard* (NOGALES, 2014, p. 81). Dentre eles citamos: adequação de políticas públicas (regularização fundiária; uso da terra; padrões e formas de colaboração pública e privada; tratados e procedimentos para melhorar os negócios no corredor); melhoramento de serviços para negócios; desenvolvimento de instrumentos de gerenciamento de riscos e financiamento; facilitação nos transportes e no comércio, incluindo cooperação alfandegária; gerenciamento de recursos naturais; desenvolvimento de capital humano e inovação (pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia); construção e

---

<sup>12</sup> Hammamat se tornou a maior rota de Thebes para o Mar Vermelho. Se tornou a rota mais direta do Nilo ao Mar Vermelho. A rota era usada como rota comercial, além de ser famosa por suas pedreiras e minas de ouro.

fortalecimento organizacional de instituições dedicadas ao corredor; implementação de infraestrutura secundária (*last-mile infrastructure*) ou alimentadora com o objetivo de conectar o corredor com o seu entorno (ligações entre produtores e pequenas e médias empresas; melhoramento da infraestrutura urbana; promoção do desenvolvimento industrial; e desenvolvimento de outras atividades).

Um dos aspectos principais do corredor logístico é a coordenação de atores, dentre eles governos, atores internacionais, setor privado e sociedade civil. Hope e Cox (2015, p. 40) destacam que há ainda grande dificuldade em coordenar e construir espaços de coesão entre atores e muitos grupos da sociedade civil acabam ficando marginalizados. Multinacionais e corporações normalmente são os principais atores a apoiarem os corredores e seus programas por meio de parcerias e colaborações individuais (NOGALES, 2014, p. 130; CERDAS, 2017). Não é à toa que o projeto dos corredores para o continente africano teve como proponente a Yara, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo. A presença de grandes corporações se dá também pela responsabilidade social corporativa.

Os Estados tem um papel central, em particular, o do país sede do corredor econômico. Ele conduz as discussões sobre o caráter do corredor; ordena e escalona as intervenções de acordo com as prioridades; desenha a arquitetura de financiamento (endividamento, doações); determina o papel da iniciativa privada (parcerias público-privadas, concessões); e implementa mudanças ou reforça a ação de marcos regulatórios variados que buscam fomentar ou regular os corredores econômicos (ambientais, trabalhistas, sociais, licitatórios etc.).

A estratégia do desenvolvimento de corredores logísticos tem sido frequentemente associada às estratégias de fomento do agronegócio como vetor dinamizador do crescimento econômico. Os corredores passam a ser peça estratégica na criação das condições para o desenvolvimento de núcleos agrícolas, fomentados por políticas públicas e incentivos públicos (NOGALES, 2014, p. 18-9). Na conjuntura atual, o agronegócio tem sido um dos setores mais incentivados, sendo equiparados a “máquinas para o crescimento” (NOGALES, 2014, p. 12).

A produção do espaço é uma importante dimensão do sistema capitalista. Harvey (2003, p. 87) relembra como o capitalismo sobrevive a partir da contínua produção e destruição do espaço que responde às necessidades do sistema com a abertura de novas oportunidades para absorção de capital e de mão-de-obra excedentes. Assim, “a expansão geográfica frequentemente exige investimentos em infraestruturas físicas e sociais (em redes de transporte e comunicação e educação e pesquisa, por exemplo)” cuja dinâmica é uma forma de protelar, se não resolver, “as crises no capitalismo” (HARVEY, 2003, p. 88, tradução livre). Capitais excedentes são, logo, direcionados para ajustes espaço-temporais (HARVEY, 2004, p. 95).

O processo de acumulação, sempre em expansão e ruptura, transforma continuamente o mundo em que vivemos. A troca de bens e serviços, ao selecionar territórios, define e cria uma geografia da interação humana e do fluxo de capitais. “O movimento fluído sobre o espaço só pode ser alcançado pela fixação de infraestruturas fixas no espaço (...) rodovias, estradas, aeroportos, portos, redes de cabo, sistemas de fibras ópticas, redes de eletricidade, de água e de esgoto, dutos etc.” que constituem capital fixado e enraizado na terra (HARVEY, 2003, p. 100, tradução livre). Ao mesmo tempo, a redução do tempo e do custo de transporte, associado ao aumento da distância entre a produção e o consumo, tem tido muitas consequências ambientais e sociais (trabalhistas, de consumo etc.) (CLAPP, 2015, p. 312).

A incorporação de novos territórios ao sistema capitalista global remete à análise de Marx (1996, p. 339) sobre a acumulação primitiva e seu papel originário no processo de acumulação capitalista. Ao separar o trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, ele transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1996, p. 383). Harvey (2003, p. 137), relembra que se, de um lado, o processo de acumulação é puramente um processo econômico que ocorre nas fábricas, na mina, na agricultura (direito de propriedade determina a capacidade de absorção da mais valia); de outro, reside na relação entre modos de produção capitalista e não capitalistas. Esse movimento combina exploração e expropriação e é permeado pelo uso da violência. Por ser permanente, Harvey (2003, p. 144) o cunha de acumulação por despossessão ou espoliação. Olhando para o mesmo fenômeno, Sassen (2010, p. 26) identifica uma contínua expansão do capitalismo avançado (dominado por uma lógica financeirizada) sobre formas de capitalismo mais tradicionais (SASSEN, 2010, p.23).

A terra e os recursos naturais tem ganhado centralidade nas estratégias de lucro dos agentes privados e públicos (SASSEN, 2013, p. 26). Mudanças importantes na economia global, como a crescente demanda por cultivos industriais (alimentos e biocombustíveis), e nos mercados financeiros, tem levado a uma crescente financeirização das *commodities* e a um crescimento nos investimentos em terras para fins especulativos. São traços desse período: maior demanda por alimentos; formação de um mercado global para terras e *commodities* controlado por grandes empresas; maior demanda por metais e minerais; maior procura por água; redução dos investimentos diretos estrangeiros direcionados para os setores com maior valor agregado (SASSEN, 2010, p. 31; UNCTAD, 2016). Sua contrapartida, tem sido a crescente expulsão de pessoas, o crescimento da pobreza e de doenças, a mercantilização de recursos naturais e a contaminação de terras e águas (SASSEN, 2016, p. 100-01; 2013, p. 27).

Para a autora, o cenário atual é reflexo de mudanças muito mais profundas no sistema

capitalista, iniciadas em 1970. Destaca o regime disciplinador da dívida que empurra o território nacional e os recursos naturais para circuitos corporativos globais novos ou emergentes. Dois vetores abrem terreno para as grandes aquisições de terra pós-programas de ajuste estrutural. De um lado, enfraquecimento de Estados e governos; de outro, a legitimação das interferências nas políticas públicas nacionais de entidades supranacionais e internacionais, corporações transnacionais e outros governos, corroborando com o fortalecimento e a consolidação de uma lógica de extração. O território se transforma em terra à venda no mercado global (SASSEN, 2016, p. 104-10).

Essas dinâmicas tem levado a um reposicionamento do território na divisão global de funções (SASSEN, 2013, p. 29), impulsionado pelo motor do investimento direto estrangeiro, da compra e de concessões de terras, às custas de microexpulsões e destruição das economias tradicionais. As aquisições em larga escala tem como consequência a produção de um espaço operacional global incrustado nos territórios nacionais. Terras de vida e guardiãs de biodiversidade vão se convertendo em terras de usufruto/de negócio (grandes monoculturas) e terras mortas (mineração) (SASSEN, 2013; MARTINS, 1982).

Esse fenômeno tem muitas implicações. O Estado Nação, em especial as esferas federais, tem seus papéis e sua autoridade redefinidos. Os acordos e contratos firmados reproduzem uma lógica de desnacionalização parcial e profunda. Não há uma supressão do Estado, ao contrário, mas um alinhamento do poder Executivo com o capital corporativo mundial, favorecendo a reprodução da atual economia global corporativa (SASSEN, 2016, p. 138). Pedacos do território são reorientados para outras utilidades e propósitos conectados à demanda global e, não raro, aos propósitos de atores privados que vão de encontro aos interesses da sociedade (SASSEN, 2013, p. 28-29).

Cotula et al (2009, p. 5-6) reconhecem os riscos, mas procuram olhar também para as oportunidades. Os investimentos poderiam resultar em benefícios derivados do crescimento e de ampliação das receitas fiscais, criando oportunidades para o desenvolvimento rural. Em países pobres, essas dinâmicas podem gerar capital, transferir tecnologia, *know-how* e ampliar o acesso de produtores aos mercados, operando como um instrumento catalisador do desenvolvimento econômico. Normalmente, essas perspectivas se baseiam na criação de efeitos em cadeia, forças geradoras de investimento que são postas em movimento por meio de relações entre insumo e produto, levando a novos investimentos e a uma maior arrecadação fiscal (efeitos de transbordamento). Mas, os negócios com terras podem resultar em desapropriação, colocar comunidades inteiras em situação de insegurança alimentar, acelerar o desmatamento e a contaminação de águas, fomentar decisões pouco transparentes e exaurir os recursos naturais. Nessa situação, o produto primário não ativa repercussões fiscais em cadeia, aumenta a dependência de tecnologia estrangeira, compete com a

indústria e artesanatos locais, e remete renda para o exterior sem contribuir com o desenvolvimento local (HIRSCHMAN, 1977). No caso do novo boom por terras, experiências recentes sugerem resultados bastante preocupantes (WHITE et al, 2012; COTULA et al, 2009; SASSEN, 2016; GRAIN, 2015; EDELMAN et al, 2013; FERREIRA, 2016).

Edelman et al (2013) destacam como os casos recentes de apropriação e estrangeirização de terras são complexos e diversificados, assim como são seus resultados e as reações políticas que provocam nos territórios receptores. Portanto, é a partir dos territórios que as consequências desses negócios com terra devem ser olhadas e examinadas. A distribuição de benefícios, custos e riscos estão relacionados com a natureza do modelo do negócio e as implicações associadas com a propriedade da terra, com os direitos de acesso a recursos, com o controle, com possibilidades de emprego e de trabalho que são gerados (WHITE et al, 2012).

Hall aponta para cinco formas de estruturação dos negócios com terra no local (HALL, 2011 apud. WHITE et al, 2012):

1. **Modelo de extração:** envolve a retirada de recursos, modelo como mineração, insustentável no longo prazo.
2. **Modelo de enclave:** envolve a tomada da terra e dos recursos (com expulsão) e a construção de infraestrutura para prover insumos e para escoar a produção da empresa. Pouco integradas às economias e à sociedade.
3. **Modelo colonial:** a introdução de operadores comerciais estrangeiros que se apossam de uma terra ou bloco.
4. **Modelo cultivador externo (*outgrower model*):** desenvolvimento de fábricas que incorporam pequenos produtores nas cadeias de valor, normalmente por meio de contratos.
5. **Modelo de comercialização *in situ*:** pequenos produtores e outros habitantes da terra são incorporados em cadeias de valor comerciais sem haver Estado centralizador ou fábrica processadora.

Partindo de Polanyi, Cotula (2013, p. 1623) observa uma crescente tensão entre as forças de enraizamento e mercantilização nas relações com a terra<sup>13</sup>. Os novos negócios fechados refletem e

---

<sup>13</sup> O autor destaca que ainda que a corrida por terras global tenha propiciado a consolidação de relações mais mercantis com a terra em muitas sociedades, é necessário ter cautela quando associamos todos os negócios com terras ao processo analisado por Polanyi de mercantilização da terra. Além de os levantamentos recentes terem superestimado os negócios com terras, muitos processos de mercantilização e concentração de terras tem sido promovido por atores nacionais e locais. Nesse aspecto a corrida apenas acelera um processo já em curso. Adicionalmente, atualmente, boa parte dos negócios com terras são realizados fora do mercado: políticas públicas e pacotes de incentivo tem “reservado” terras para esses negócios e envolvem grandes áreas de terra que neutralizam a competição (COTULA, 2013, p. 1611).

reforçam o processo de mercantilização da terra em países de emergentes e pobres. A terra, antes propriedade comum e não usada com fins comerciais, é mercantilizada como algo genérico. O enraizamento social e político que caracteriza as relações com a terra nos contextos locais e o papel da terra na composição da identidade social e em valores espirituais, ainda que permaneçam centrais para as sociedades, são ignorados nessas narrativas comerciais (COTULA, 2013, p. 1610).

Esses movimentos, contudo, não se dão sem resistência. Os negócios com terra são moldados e influenciados, continuamente, por forças não mercantis que agem em diferentes arenas do local ao global. Em grande parte das situações, essas resistências se dão por mobilizações crescentes e transnacionais de movimentos camponeses, organizações não governamentais, associações, políticos de oposição, ativistas, pesquisadores e jornalistas que os criticam. Há um leque variado de posicionamentos: favoráveis à regulação e ao maior controle; que reivindicam regulações para prevenir e reduzir os impactos negativos; maximizar as oportunidades; frear o movimento e recuar o avanço dos investimentos sobre terras (COTULA, 2013, p. 1612). O novo contexto abre também perspectivas para a reorientação dos objetivos dos Estados para além da agenda corporativa global e em direção a agendas globais sobre meio ambiente, os direitos humanos, a justiça social e as mudanças climáticas (SASSEN, 2016, p. 139).

A análise desses negócios, seus vetores, e repercussões no desenvolvimento e resistências é uma questão aberta que precisa ser investigada empiricamente. Seus resultados, não raro, apontam para elementos não previstos no momento inicial da produção e da instalação da infraestrutura, fugindo de leituras deterministas ou reducionistas (HIRSCHMAN, 1977). Esses fenômenos nos levam a refletir, para além do reposicionamento da terra no sistema capitalista, sobre as maneiras como cada sociedade vem expropriando terra e recursos e suas repercussões nos territórios (LEVIEN, 2014, p. 37). Levien (2014, p. 37), em sua análise, destaca a centralidade de aprofundarmos nosso conhecimento sobre dois componentes essenciais: a forma como o Estado age para justificar esses negócios; e os meios para gerar consentimento em torno da desapropriação (LEVIEN, 2014, p. 44).

Os corredores econômicos, que tem ganhado força após os anos 1990, tem um papel central nesses processos de desapropriação e espoliação. Seu avanço é legitimado pelo discurso do regionalismo e globalismo, pela promessa de oportunidades econômicas relacionadas à abertura dos mercados, pelos potenciais efeitos de transbordamento e pela ideia da redistribuição das riquezas pela exploração dos recursos naturais. Podem ser considerados ajustes espaço-temporais, por excelência que reposicionam os territórios no cenário global, fomentando um crescente processo de mercantilização e financeirização de terras. Além de uma infraestrutura física, alteram a forma de governança do território, transferem ativos de mãos e colocam a relação Estado e grandes

corporações em novos termos (HOPE e COX, 2015, p. 45; WHITE et al, 2012; LEVIEN, 2014). E é com base nessa perspectiva que pretendemos, na próxima seção, analisar o caso do Corredor de Nacala em Moçambique.

#### **4. O Corredor Econômico de Nacala: a grande saída para o desenvolvimento**

##### **4.1. Os Atores e Interesses por trás dos Corredores Econômicos em Moçambique**

No continente Africano, a estruturação de corredores tem sido recorrente em diferentes períodos históricos (MOSCA, 2016). Desde o século XV, a busca por novas rotas comerciais com o Oriente se traduziu em diferentes impulsos à “roedura” do continente africano (HERNANDEZ, 2008, p. 45), tendo à frente exploradores e missionários<sup>14</sup> (idem, 2008, p. 53). Já no final do século XVIII e XIX, a procura por eixos de acesso ao interior foi decisiva<sup>15</sup> (idem, 2008, p. 55). A nova organização do território, portanto, passou a refletir a convergência de interesses econômicos e políticos europeus (Bélgica, Portugal, Grã-Bretanha, França entre outros), em particular, aqueles que giravam em torno da livre navegação e do livre comércio (bacia do Níger e do Congo). O capitalismo europeu extraía desses territórios os produtos necessários à indústria, ao mesmo tempo em que desequilibrava a economia doméstica e desmontava o sistema político africano” (HERNANDEZ, 2008, p. 61).

Em Moçambique, já no século XVI, os portugueses estabeleceram relações comerciais com o Império de Monomotapa (1325-1700). O fator localização se mostrou estratégico: era escala no comércio com a Índia e era cortado por vários rios (rotas comerciais). O avanço para o interior se deu a partir do Rio Zambeze, com surgimento de novas cidades como Sena e Tete. Na medida em que foram estabelecendo alianças, os portugueses foram controlando das vias de escoamento de ferro, cobre, marfim e ouro e o acesso às regiões produtoras. Logo, o domínio comercial foi sucedido pela propriedade da terra (*prazos* da Coroa por três gerações). O comércio de escravos ganhou força (XVIII-XIX), tornando Lourenço Marques (atual Maputo) um dos principais portos de exportação de

---

<sup>14</sup> Segundo Hernandez (2008, p. 54) a evangelização cristã tinha três pontos principais: a) converter os africanos ao cristianismo e aos valores ocidentais; ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, oposição ao repertório cultural africano fundado na unidade entre vida e religião; e a pregação contrária a ritos locais sagrados, minando a influência de chefes tradicionais africanos. Tudo isso mediante uma grande resistência ao processo de cristianização.

<sup>15</sup> Essas explorações tinham a finalidade de controlar os principais cursos dos rios e o comércio com suas circunvizinhanças, bem como de estabelecer tratados diplomáticos com chefes africanos (o que se deu principalmente nas bacias do Níger e do Congo) e tiveram como consequência a desestruturação da organização social e política dos africanos (HERNANDEZ, 2008, p. 56).

escravos da costa oriental africana (HERNANDEZ, 2008, p. 587). Nesse enredo, e em meio a muitas resistências, o território moçambicano foi moldado em relação aos interesses comerciais e políticos europeus, cuja iniciativa mais extrema foi a violenta criação de fronteiras pela Conferência de Berlim (1886). De 1930 a 1975, momento de sua independência, Moçambique continuou tendo sua importância econômica reforçada em virtude da localização na África Austral, tornando-se uma importante porta de entrada e de saída de bens para África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Maláui e Zâmbia pelo Oceânico Índico. Ao longo do período colonial, foram fortalecidos três corredores logísticos: Maputo, Beira e Nacala (MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 15).

Atualmente (pós-2000) os corredores econômicos voltam a ter destaque nas estratégias de desenvolvimento dos países africanos (NOGALES, 2014, p. 26; SADC, 2012; BANDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2017), reforçados pelo novo impulso na corrida mundial por terras e por recursos naturais (GRAIN, 2015; SASSEN, 2013). Essa estratégia tem sido, articulada por diferentes atores e instituições em variadas escalas: em instâncias globais, em nível continental, em nível regional e nacional. Os principais objetivos, de uma maneira geral, são: a) ampliar a conectividade física; b) assegurar a segurança alimentar; c) apoiar a integração comercial regional; d) promover o crescimento agrícola; e d) absorver a expansão das áreas urbanas e conectar polos de crescimento. A maior compreensão dos corredores econômicos nos ajudará a entender, a partir de um caso concreto, como as novas dinâmicas em torno da privatização e exploração dos recursos naturais são sentidas nos territórios e identificar os diferentes efeitos que produzem sobre as populações que os habitam e a biodiversidade. Ao mesmo tempo, nos ajudará a perceber como diferentes atores, em aliança com o Estado, agem na direção de ampliar a exploração de recursos e a privatização de bens comuns (FERRANDO, 2015, p. 345).

O Corredor Econômico de Nacala tem ocupado recorrentemente posição estratégica nos planos de desenvolvimento. Nos tempos recentes, essa região volta a ser a espinha dorsal dos planos de desenvolvimento que conectam a agricultura, a mineração, a exploração de gás, os serviços de logística e os demais investimentos em torno da Zona Econômica Especial de Nacala. Tem se configurado também como o território para o qual convergem interesses de distintos atores, públicos e privados, atuantes nas mais variadas escalas (do local ao global), visando à posse e ao controle de terras e recursos naturais. Mais do que fomentar negócios, financiamentos e parcerias, o corredor econômico tem efeitos indiretos, pois abre novas oportunidades econômicas futuras, ao tornar possível o avanço e a exploração de novas áreas. Seu controle, não raro, significa menores custos e maiores

mercados e está associada ao avanço do poder das corporações nos territórios, à implementação de políticas de liberalização comercial e à exploração intensiva de recursos. A incorporação desses novos espaços torna-se viável em virtude do declínio dos custos logísticos, do encurtamento do tempo entre a extração e a comercialização/consumo, bem como da flexibilização e alterações de marcos regulatórios.

Muitos são os atores interessados em diferentes aspectos no Corredor de Nacala. Em nível global, destaca-se o Fórum Econômico Mundial (WEF, em inglês) que é uma organização internacional independente, que se propõe a articular empresas, políticos, acadêmicos e outros líderes da sociedade civil em agendas comuns. Sua agenda reflete o crescente interesse de corporações transnacionais em investimentos na agricultura em países africanos. Em 2009, 17 corporações transnacionais<sup>16</sup> lançaram a Nova Visão para Agricultura (com metas até 2050 e englobando 600 organizações) que procura, via soluções de mercado, assegurar a segurança alimentar; estimular a produção agrícola sustentável; e promover crescimento econômico inclusivo na África, Ásia e América Latina. Busca um ciclo virtuoso para a “transformação da agricultura” (WEF, 2010). Com a União Africana, desde 2011, o WEF vem promovendo o Programa Cresce África<sup>17</sup> (congrega 200 corporações multinacionais e 12 países) que visa ao aumento do investimento privado na agricultura. O financiamento é da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e a partir de 2015 a gestão será da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, em inglês). O Cresce África prevê mobilizar cerca de US\$ 10 bilhões do setor privado (GROW AFRICA SECRETARIAT, 2017). No que concerne à infraestrutura, foi criado pelo WEF em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Africana e a NEPAD um Grupo de Trabalho de Negócios que analisou os 51 corredores, selecionando 16 projetos de ação imediata, dentre os quais o Corredor da Beira - Nacala. O objetivo é municiar o setor público com informações sobre as prioridades do setor privado em infraestrutura e fornecer um modelo a ser replicado em todo continente africano (WEF, 2015, p. 5).

---

<sup>16</sup> São elas AgCo, Archer Daniels Midland, BASF, Bayer CropScience, Bunge, The Coca-Cola Company, Diageo, DuPont, General Mills, Heineken, Kraft Foods, Metro, Monsanto Company, Maersk, Mosaic, Nestlé, PepsiCo, Rabobank International, SABMiller, Swiss Re, Syngenta, Teck Resources, Unilever, Vodafone, Wal-Mart Stores and Yara International.

<sup>17</sup> A parceria Cresce África (Growth Africa) mobiliza grandes corporações que demonstrem interesse em investir no setor do agronegócio em países africanos. Essas empresas escrevem uma carta de intenções se comprometendo a investir na agricultura. Essa carta, por meio da Parceria Cresce África é encaminhada para os governos dos países nos quais as empresas pretendem investir (voluntária). Em 2017, no Fórum Econômico Mundial em Durban, a Parceria Cresce África fomentou dois diálogos sobre Alinhamento entre Investimentos no Agronegócio e Sistema Alimentar, com a participação de chefes de Estado, ministros das finanças, da agricultura e do planejamento de diversos países, líderes em negócios alimentares e da agricultura, organizações da sociedade civil e do Mercado financeiro entre outras para clamar por uma maior velocidade nos investimentos do agronegócio e nos sistemas alimentares dos países africanos por meio de diálogos sobre reformas políticas e programas prioritários. Para maiores informações ver: <https://www.growafrica.com/groups/call-action-accelerated-agribusiness-investments-and-food-system-alignment-africa>

Fortemente articulada com a Parceria Cresce África, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional<sup>18</sup> foi lançada em 2012 pelos países do G8. Trata-se de um compromisso de governos de países do G8, bem como de corporações transnacionais, com países africanos para investir na agricultura. Moçambique é um dos países signatários. Tem a meta de tirar 50 milhões de pessoas da pobreza na África Subsaariana até 2022. Entendem que a “transformação da agricultura africana” requer novos modelos de articulação público-privada<sup>19</sup>. Dentre os compromissos assumidos pelo governo Moçambicano estão: rever a Política Nacional de Sementes (cessar a distribuição gratuita e implementar normas para leis de propriedade intelectual no registro de sementes, mexer em critérios que regulamentam a produção, comércio, controle e certificação de sementes); criar nova Estratégia Nacional de Fertilizantes; agilizar as concessões de terras e permitir o arrendamento ou sub-arrendamento; promover a liberalização do comércio entre outros.

No plano Continental, a União Africana<sup>20</sup> (fundada em 2002) é uma organização que promove a cooperação entre 54 países africanos e que aposta na implementação de estratégias de desenvolvimento de infraestrutura no continente. A NEPAD, adotada em 2002, é a estratégia de desenvolvimento socioeconômico do continente. O Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura na África (CAADP, de 2003) é o subcomponente agrícola, convergente com a Nova Aliança. Um dos pilares do CAADP é a ampliação do acesso ao mercado por meio do melhoramento de infraestruturas rurais. A implementação do programa se dá, em Moçambique, por meio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Outra iniciativa é o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA, em inglês, com orçamento de US\$ 360 bilhões de 2011 a 2040), cuja execução fica a cargo do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB, em inglês). Ele aposta nos corredores econômicos como catalisadores do crescimento econômico multisetorial e peça-chave na exploração dos recursos naturais (BAD, 2017). O Banco tem apoiado o Corredor Econômico de Nacala e, em 2016, aprovou US\$ 300 milhões para o financiamento do projeto da ferrovia e do porto de Nacala (a Central East African Railways Company Limited – CEAR- com US\$ 83,6 milhões, Corredor de Desenvolvimento do Norte US\$ 83,6 milhões, Corredor Logístico Integrado de Nacala AS –CLN0 US\$ 111,5 milhões e Vale

---

<sup>18</sup> Iniciada pelos países do G8: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, RU e EUA, com período de vigência: 2012-2022. Vem sendo implementada em dez países africanos: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Moçambique, Nigéria, Senegal e Tanzânia.

<sup>19</sup> Dezenove empresas prepararam e assinaram Cartas de Intenções, que descrevem suas intenções de investimentos em Moçambique: ENICA, JFS Holding, Khulima Púnguê Agricultura e Serviços, Lozane Farms, Rei do Agro, Sunshine Nut Company, em Moçambique. Internacionais: African Cashew Initiative, AGCO, Cargill, Competitive African Cotton Initiative, Corvus International, Itochu, Jain Irrigation, Nippon Biodiesel Fuel co. Ltd., SABMiller, Sumitomo Corporation, Toyo Engineering Corporation, United phosphorous Limited, Vodafone (G8, s/d).

<sup>20</sup> Ver: <https://au.int/en/au-nutshell>.

Logística Limitada –VLL- US\$ 86,7 milhões) (MZALE, 2016). Em 2017, o Banco aprovou um empréstimo de US\$ 1 milhão (2017-2019, do Fundo de Assistência ao Setor Privado, de doações de países como Japão e Áustria) ao governo Moçambicano para financiamento de um Projeto de Assistência Técnica para Conexões de Negócios no Corredor de Nacala e que procura fortalecer pequenas e médias empresas do setor da construção civil e promover a integração de atividades econômicas com os investimentos de infraestrutura no corredor.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) identifica a infraestrutura como uma prioridade para a região (SADC, 2012, p. 5). Para isso, foi criado o Plano Principal de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional (RIDMP)<sup>21</sup>, tendo como pilares: energia, turismo, transporte, tecnologia da informação, meteorologia e água. O programa será realizado em três fases, até 2027. O total custo é de US\$ 64,15 bilhões. O Corredor de Nacala figura como uma das prioridades: na construção e ampliação da linha férrea e do terminal de carvão; na modernização e expansão do porto de Nacala; na interconexão energética entre Moçambique e Malauí.

Desde 2010, o Banco Mundial implementa junto ao governo de Moçambique a estratégia de desenvolvimento por meio de polos de crescimento, centrada na seleção de sub-regiões dos corredores a serem potencializadas. Os polos são pontos de crescimento econômico ou centros de atividade econômica que se beneficiam de economias de aglomeração. O projeto será coordenado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e terá como áreas prioritárias de implementação o Vale da Zambézia (Província de Angónia) e o Corredor de Nacala (Nacala Porto e Nacala-a-Velha) (MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2013). Com um orçamento de US\$ 100 milhões (2013-2019, vídeo de 2016), pretende maximizar os ganhos dos projetos de infraestruturas, explorando sinergias, favorecendo a inclusão, a criação de empregos e a geração de renda (BANCO MUNDIAL 2010, p. 6).

Dentre os quatro componentes do projeto, o primeiro tem o objetivo de apoiar o crescimento do polo do agronegócio em Tete (US\$ 35 milhões da Associação Internacional para o Desenvolvimento e US\$ 5 milhões do governo de Moçambique), com ações de melhoramento da infraestrutura secundária e de apoio à integração de pequenos produtores às cadeias de suprimento<sup>22</sup>. O segundo, voltado para promover o desenvolvimento no Corredor de Nacala, consiste no apoio à Zona Especial Econômica de Nacala, com orçamento previsto de US\$ 44 milhões do IDA. As principais ações são o melhoramento da infraestrutura (oferta de água e estradas, em especial, ligando

---

<sup>21</sup> O Plano está articulado com o PIDA.

<sup>22</sup> Implementado em Angónia, Tsangano e Macanga na Província de Tete.

Nacala Porto a Nacala-a-Velha) e apoio à execução privada de investimentos públicos que visam ao aumento da produção de pequenos produtores (via o Fundo Catalítico de Inovação e Demonstração). Ademais, o projeto prevê o desenvolvimento institucional e a construção de capacidades no âmbito do Ministério da Planificação e do Desenvolvimento de Moçambique (US\$ 3 milhões), na Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze e do GAZEDA<sup>23</sup>, cada uma recebendo US\$ 2,5 milhões (MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 9).

Conectando dois extremos do Projeto Polos de Crescimento, no âmbito nacional, o Corredor Logístico de Nacala é ainda rota estratégica de escoamento da Vale para o carvão mineral explorado em Tete (via Nacala). O complexo mina-ferrovia-porto foi inaugurado em 2015 e envolveu uma complexa aliança entre o governo de Moçambique (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique), a Mitsui e a mineradora brasileira (Vale). Em 2014, a Vale vendeu parte dos seus negócios em Moçambique, 15% da Vale Moçambique (que detém 95% da mina de Moatize e 70% do Corredor Logístico de Nacala) para a Mitsui que é um dos controladores da Vale no Brasil. Ainda assim, a Mitsui e a Vale seguem com o controle da linha férrea, monopólio que gerou conflitos com a Rio Tinto por conta da rota de escoamento, e detém um terminal privativo para a exportação de carvão em Nacala-a-Velha.

O corredor de Nacala é também um dos seis corredores definidos como prioritários para implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário<sup>24</sup> (PEDSA, 2011-2020). Trata-se do principal plano do governo Moçambicano para o setor agrário, visando à competitividade e à sustentabilidade, bem como ao fortalecimento das cadeias de valor globais. Seu principal objetivo é contribuir com a segurança alimentar e aumentar renda dos produtores. O PEDSA se assenta nas orientações da Estratégia da Revolução Verde (de 2007) e da NEPAD e vem sendo fortalecido pela Parceria Cresce África. De acordo com o PEDSA, o Governo deve atuar a fim de criar um ambiente propício para o setor privado investir, produzir, processar e comercializar, transformando a agricultura de subsistência numa agricultura competitiva. O plano seleciona alguns produtos alimentares e de exportação, e regiões, prioritários.

No Corredor de Nacala, o ProSavana constitui um plano regional para operacionalização do PEDSA que, por sua vez, é a estratégia de implementação do CAADP<sup>25</sup> em Moçambique

---

<sup>23</sup> Em 2007, o governo moçambicano decidiu estabelecer a Zona Especial Econômica de Nacala, com o objetivo de garantir que as várias iniciativas econômicas em curso fossem melhor coordenadas. A GAZEDA foi subsequentemente criada com o objetivo de coordenar as várias iniciativas.

<sup>24</sup> O Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário –PNISA- operacionaliza o PEDSA.

<sup>25</sup> Endossada pela Assembleia da União Africana em julho de 2003.

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015, p. 3-7). Lançado em 2009, trata-se de um polémico programa de cooperação formulado por Brasil e Japão na área de agricultura, a ser implementado no Corredor de Nacala (províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambézia e Tete)<sup>26</sup> (FERRANDO, 2015, p. 343; GRAIN, 2015). Os quatro anos iniciais do projeto foram caracterizados por uma intensa luta entre governos e empresários de um lado, e comunidades e sociedade civil de outro. As resistências ao programa se desdobraram numa articulação transnacional de atores sociais dos três países em torno da Campanha “Não ao ProSavana!”, realizando protestos e ações de solidariedade. Em meio a muita polémica, o programa foi reformulado, mas não paralisado. Em 2015, foi lançada a primeira versão<sup>27</sup> do Plano Diretor do ProSavana, cujo objetivo era estabelecer a abordagem e as estratégias básicas para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala. Seu objetivo é criar modelos de desenvolvimento agrícola orientados para o mercado, apoiado em vantagens competitivas, e possibilitando melhorar e modernizar a agricultura pelo estabelecimento das cadeias de valor (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015, p. 3-1). Tem um horizonte de tempo até 2030 e será implementado em três etapas: 2015-20 (período de consolidação das bases de desenvolvimento); 2020-25 (período de crescimento); 2015-30 (amadurecimento do desenvolvimento).

O Plano afirma reconhecer a importância dos agricultores familiares na segurança alimentar, a preponderância da pequena agricultura de subsistência e se compromete a zelar pela soberania dos produtores (direito à produção de alimentos, à escolha das técnicas produtivas e das culturas a serem cultivadas, bem como ao uso da terra e dos recursos naturais) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015, p. 3-8). Das cinco estratégias<sup>28</sup> de ação elencadas, contudo, boa

---

<sup>26</sup> Durante o Encontro do G8, em Águila, o presidente brasileiro e o primeiro ministro japonês assinaram um acordo bilateral para: desenvolver a agricultura nas savanas tropicais africanas por meio da cooperação Japonesa e brasileira construída a partir dos sucessos conseguidos com a cooperação para o desenvolvimento agrícola do Cerrado (HOSONO, 2012 apud FERRANDO, 2015). Depois, Moçambique foi escolhido e convidado para integrar o programa de cooperação.

<sup>27</sup> Em setembro de 2013, vazou um document intitulado *Elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala* (Nota Conceitual) que era um document para discutir entre as partes interessadas a condição e o direcionamento do desenvolvimento agrícola no corredor. A estratégia delineada, em harmonia com PEDSA, tinha o objetivo de aumentar o lucro do agricultor, por meio do aumento da produtividade, melhoramento da tecnologia agrícola, aumento da produção, em termos de expansão vertical e horizontal e a diversificação da produção agrícola pela combinação de culturas alimentares e culturas de rendimento (PROSAVANA, 2013).

<sup>28</sup> As cinco estratégias são o aumento da produção agrária de culturas alimentares e de rendimento e da pecuária (adoção de tecnologias e conversão de sistemas extensivos para intensivos voltados para o mercado); a melhoria do sistema de assistência técnica (nesse aspecto a transferência de tecnologias por meio da cooperação com o Brasil e o Japão é central e as culturas prioritárias são milho e soja); a melhora do acesso a insumos (ampliar uso de fertilizantes químicos pela concessão de subsídios, melhorar o acesso a sementes e ampliar a mecanização), a melhoria do acesso ao financiamento e crédito (introduzir mecanismos de financiamento agrícola de longo prazo para diferentes tipos de entidades de agricultura e agronegócio); e o desenvolvimento da irrigação (recuperar os sistemas de irrigação existentes e o desenvolvimento de novos sistemas de irrigação voltados para agricultores líderes ou associações). Os modelos de crescimento para os produtores familiares se concentram no fomento à criação de grupos de produtores, associações e cooperativas e por meio

parte dos instrumentos previstos visam à conversão dos produtores familiares de uma lógica de subsistência e extensiva para outra de exploração comercial e de empreendedorismo. Seu foco está nos agricultores emergentes (já produzem cultura de rendimento, áreas até 10 ha), considerados a força motriz para o desenvolvimento. Percebe-se, portanto, que na nova versão do Plano Diretor, a lógica do programa não mudou muito. As auscultações do ProSavana tem sido alvo de muitas críticas pelas ausências e denúncias de manipulação da participação (GRAIN, 2015).

Okada (2015) destaca que a assistência ao desenvolvimento japonesa (cooperação) cumpre um papel importantíssimo na segurança alimentar do Japão<sup>29</sup>. O ProSavana reflete a nova estratégia de atuação das corporações multinacionais japonesas (pós a crise alimentar de 1973-4 e de 2007-8) que consiste na liberalização, intensificação e industrialização da agricultura dentro e fora do país. O governo japonês utiliza a assistência oficial para o desenvolvimento para criar um ambiente favorável para a liberalização e a industrialização da agricultura (OKADA, 2015, p. 1). O modelo “três em um” (san-mi-ittai) torna a assistência ao desenvolvimento, os investimentos e o comércio complementares. Para o Japão, o Corredor de Nacala ganha significância geopolítica, sendo estratégico na criação de cadeias de valor e na competição com a China. Ele conecta o interior do continente aos mercados asiáticos e europeus, e interliga regiões produtoras de carvão (com a participação da Vale e da Mitsui), com regiões de produção de gás em Nampula (com a participação da Mitsui via Anadarko Petroleum Corporation), passa por áreas de produção agrícola e abre oportunidades para investimentos em infraestrutura via parcerias para o “desenvolvimento” (OKADA, 2015, p. 9).

Na medida em que o ProSavana continua entravado em meio a polêmicas, a agência japonesa de cooperação, JICA, firmou com o governo moçambicano o Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC), 2012-2016, cujo objetivo é formular estratégias orientadoras dos investimentos na região do Corredor de Nacala<sup>30</sup> (distintos setores). Procura organizar de forma coerente as distintas dinâmicas econômicas, projetando naquele espaço

---

da integração via contratos à agroindústria local. Os agricultores mais vulneráveis, com recursos limitados, prevê-se o aumento da produção de subsistência, a produção de alguma cultura de rendimento, a criação de animais e a venda da mão de obra sob a forma de trabalho assalariado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015).

<sup>29</sup> Japão é um dos países mais dependentes da importação de alimentos, importando mais de 60% do seu abastecimento alimentar. Essa dependência, em parte, foi decorrente do crescimento da ajuda alimentar norte-americana, dos limites territoriais para a produção agrícola, da alta concentração populacional e da industrialização do país. De 1965 a 2010 a auto suficiência do Japão no abastecimento alimentar declinou de 73% para 40%. Tradicionalmente, os investimentos japoneses no setor agrícola focavam no melhoramento da infraestrutura e na transferência de tecnologia. No pós-crise 1973, com o objetivo de diversificar os canais para importação de soja, o Japão iniciou um projeto de cooperação com o governo brasileiro, o Prodec.

<sup>30</sup> A área alvo do PEDEC Nacala inclui quatro províncias: Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Tete e quatro distritos da parte norte da Província da Zambézia.

“cenários de desenvolvimento<sup>31</sup>” (o que exclui outras possibilidades). O PEDEC foi realizado por um grupo de consultores da JICA e procurou articular quatro forças motrizes: mineração do carvão para exportação; exploração do gás natural para exportação; crescimento da Zona Econômica Especial (ZEE) de Nacala; e outros projetos de transporte (ampliação do Porto de Nacala, com auxílio do Governo Japonês, e de estradas, com apoio também do Banco Africano de Desenvolvimento e outros bancos).

Essa diversidade de atores, do global ao nacional, e os múltiplos programas e iniciativas que se direcionam para a região do Corredor de Nacala produzem massivos buracos estruturais no tecido do território nacional. As compras e concessões massivas de terra convertem os territórios em terra de *commodities* conectadas com as dinâmicas do mercado global. Como reflexo, esses territórios passam a ter suas dinâmicas ligadas a redes transnacionais opacas e seus ciclos ditados pelas flutuações do mercado (SASSEN, 2013, p. 26-7). O caso da região do Corredor de Nacala é um bom exemplo. Essa endogeneização do global no local, foi fomentada pela política neoliberal dos anos 1980, que desfez os limites entre as fronteiras nacionais e internacionais, e pelas sucessivas políticas agrárias que, ao não priorizarem suas especificidades, acabaram enfraquecendo a agricultura tradicional moçambicana (MOSCA, 2010).

No caso de Moçambique destacam-se, após a independência, dois períodos principais no que concerne às políticas macroeconômicas e agrárias (MOSCA, 2010, p. 217). O primeiro direcionou-se à construção do socialismo e à “socialização do meio rural”, tendo como base o planejamento e a centralização da produção em cooperativas com propriedade coletiva da terra, aldeias comunais e empresas estatais. Os principais problemas derivavam da pouca aderência à realidade (desconsideração das especificidades dos camponeses e do meio rural), da não consideração dos mecanismos econômicos de funcionamento da economia de mercado e dos desequilíbrios setoriais. O segundo corresponde ao período de ajuste estrutural (1983)<sup>32</sup>, com a adoção do Programa de Reestruturação Econômica (PRE). As reformas macroeconômicas foram aplicadas em 1987, dentre as principais medidas citamos: desvalorização do câmbio; alteração da taxa de juros; definição de novos salários e redução dos mesmos; definição de novos impostos; enxugamento monetário; redução do

---

<sup>31</sup> Um “cenário de desenvolvimento” é um conjunto de descrição narrativa das maneiras de desenvolvimento, incluindo ênfase nos setores econômicos, nos padrões espaciais de desenvolvimento e na sequência de desenvolvimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS, 2015).

<sup>32</sup> Vários fatores forçaram a FRELIMO às mudanças político e econômicas, como: a situação de Guerra tinha alcançado a insustentabilidade político, militar, econômica; a economia se ressentia da Guerra e as despesas militares eram muito altas, o conflito acabou com a infraestrutura e o setor estatal tinha dificuldades para produzir; a fome se acentuava; os indicadores macroeconômicos estavam descontrolados, como a inflação, endividamento externo etc.; os aliados naturais, os socialistas, estavam em crise.

crédito na economia; redução de subsídios às empresas estatais; e introdução de taxas em serviços de saúde. Na agricultura, as reformas foram na direção de desvalorização da moeda (estímulo às exportações), com a justificativa de possibilitar uma melhor distribuição de renda dentre os pequenos agricultores fornecedores das cadeias de exportação. Elas prejudicaram, na maior parte, os pequenos agricultores (pequena escala e pouca influência nas cadeias de valor), gerando maior competição com importações e doações, e fomentando o crescimento dos mercados informais. Os principais ganhadores foram as grandes empresas produtoras de bens exportáveis. Mais uma vez, as reformas foram aplicadas de forma apressada, ideologizadas e sem o conhecimento da realidade. Essa trajetória, confirmaria, segundo Mosca, a secundarização da agricultura e do meio rural das estratégias nacionais de desenvolvimento o que parece se manter até hoje. Atualmente, o governo de Moçambique segue aplicando uma política coerente com a economia do ajuste estrutural, com a ideologia neoliberal e com os interesses da elite no poder em Maputo. O PEDSA segue essa linha.

Nesse processo, o Estado nacional não se dissolve, mas ganha novos contornos (SASSEN, 2013). Borram-se as fronteiras do nacional e do global. É ilustrativo desse processo o PEDSA que se propõe a ser uma política nacional de implementação do CAADP, da União Africana, e que no lugar do fortalecimento da agricultura local a partir de suas especificidades, volta-se para fórmulas que buscam “transformar” a agricultura local. Além disso, suas diretrizes estão emparelhadas com a NEPAD, com a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional e com a Parceria Cresce Africa que refletem, também, os interesses das grandes corporações globais. Ao mesmo tempo, nos leva a refletir sobre o significado das estratégias de desenvolvimento como o Polos de Crescimento, o PEDEC e o ProSavana, que são derivadas da cooperação com outros países e de consultorias privadas, mas que passam a reorientar a lógica dos territórios em questão. Esses projetos tem tido consequências concretas nos países em que são implantados: catalisando mudanças nas legislações, priorizando interesses privados nas agendas governamentais, fazendo avançar processos de privatização de bens comuns e acelerando a conversão do usos dos territórios.

#### **4.2. O Corredor Econômico e os Mecanismos Promotores do *Land Grabbing* nos Territórios**

Nessa seção, procuraremos dar tratamento analítico às observações do trabalho de campo no Corredor de Nacala. De Nacala a Nacala-a-Velha, avistamos uma placa que dizia: “Nacala-a-Velha, a porta de saída do carvão de Tete”. Entre a extração do carvão mineral, em Moatize, e o terminal privativo em Nacala-a-Velha, contudo, há um longo caminho que envolve comunidades reassentadas, os oleiros, a relação entre a linha férrea e as comunidades, as perspectivas de novos investimentos na

agricultura, a zona especial econômica entre outros. Pretendemos analisar o Corredor Econômico de Nacala, em particular, seus efeitos diretos no território e nos processos de apropriação e controle de terras. Deixaremos para uma outra etapa a análise da Zona Especial Econômica e do porto e do aeroporto. Ainda que sejam constituintes, no campo esses componentes ainda estavam em fase inicial.

Muito embora a implementação da mina de Moatize, em 2004, seja o estopim para a retomada do Corredor Econômico de Nacala, e tenha acarretado um grande processo de expropriação de terras e de reassentamento, não nos deteremos na análise desse processo. Acreditamos que o mesmo já foi trabalhado em outros documentos (SELEMANE, 2016), não obstante tenhamos visitado e entrevistado muitos camponeses e reassentados em Catemi e em 25 de Setembro.

Selemane (2016) fez uma análise dos impactos dos projetos de mineração em Tete sobre o desenvolvimento local e da evolução das condições de vida das pessoas reassentadas em Catemi nos últimos anos. Desde o *boom* do carvão, o governo Moçambicano não conseguiu consolidar um plano organizado e coordenado de articulação do setor mineral com o desenvolvimento econômico e social (“estratégia de não ter estratégia”). Isto, associado à queda no preço do carvão a partir de 2010 e à acentuação do conflito armado entre Renamo e Frelimo (Tete), contribuiu para a inexistência de ligações entre a indústria de carvão e o resto da economia local (baixa arrecadação fiscal, baixa conexão com o desenvolvimento local e construção de infraestruturas, pouca ligação com a indústria a montante, inexistência de agregação de valor, pouquíssima formação de recursos humanos). Além disso, o *boom* do carvão gerou um inchaço na cidade de Tete, com aceleração de preços e criação de serviços que, passado o ciclo de implantação dos projetos, encontram-se “às moscas”. Com relação à desapropriação de 1.313 famílias, reassentadas em Catemi e 25 de setembro, os mesmos problemas que eram relatados no momento do deslocamento continuam válidos e atuais (rachaduras nas casas, falta de cumprimento de promessas, nenhuma geração de emprego, ausência de água potável e de terras agricultáveis, falta de meio de transporte, e inexistência de projetos para geração de renda). Se antes o empecilho para sua resolução era a dificuldade de implementação das iniciativas junto ao governo moçambicano, hoje é a crise do carvão (SELEMANE, 2016).

A recuperação e a construção de trechos da linha férrea do Corredor Logístico de Nacala e, posteriormente, a sua operação, imprimiram novas dinâmicas no território que favorecem a apropriação e o controle de terras (ou *land grabbing*). Na medida em que alteram os custos de oportunidade e os fatores de atratividade do território, por meio de políticas de atração de investimentos, taxaões exclusivas e redução do custo de transporte, há uma grande possibilidade de

que essas dinâmicas sejam potencializadas e combinadas com a atração de novos investimentos (efeitos indiretos). A consolidação da Zona Especial Econômica e de sua política fiscal diferenciada poderá nos trazer mais indícios nessa direção. É importante ter isso em vista para compreender integralmente o papel dos corredores econômicos na “roedura” dos territórios.

Ao longo do corredor, o controle das terras e a sua conversão de formas tradicionais de uso para formas comerciais tem se mostrado centrais. Em Moçambique, a terra foi uma das primeiras nacionalizações após a independência, (24 de julho de 1975): a luta de libertação foi feita para libertar a terra e os homens (MOSCA, 2010, p. 39; GRAIN, 2015). A terra, portanto, tem um peso simbólico e concreto muito forte. É, ao mesmo tempo, símbolo da luta contra o colonialismo, e recurso fundamental na reprodução econômica, cultural e social das populações rurais. A legislação da terra de Moçambique é bastante avançada, sendo a terra e os recursos naturais do Estado (MOSCA, 2010, p. 202). Contudo, de uma completa estatização das terras, explorada por empresas estatais, cooperativas e aldeias comunais<sup>33</sup>, a Lei de Terras vem sendo revista de tempos em tempos (MOSCA, 2010, p. 204).

Não obstante as muitas modificações nos quadros regulatórios<sup>34</sup>, a terra permanece como propriedade do Estado que pode conceder direitos de uso por meio de títulos (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra – DUATs), para indivíduos e comunidades. A legislação protege direitos costumeiros, adquiridos por herança e ocupação (Constituição de Moçambique de 2004 e Lei de Terra 19/1997). Ao mesmo tempo, atribui um importante papel para as autoridades locais (régulos, chefes clânicos etc.) e instituiu a obrigatoriedade da realização de consultas comunitárias na concessão de terras. A terra segue não sendo transmissível, pois é propriedade do Estado, mas as melhorias e benfeitorias realizadas podem ser vendidas e indenizadas. Matavel et al. (2011, p. 21) chamam atenção que a Lei de Terras permite, inclusive, que indivíduos e coletivos estrangeiros possam ter DUATs, desde que residentes ou registrados em Moçambique, por até 50 anos passíveis de renovação. Concessões de DUATs de até mil ha devem ser submetidas aos governadores das Províncias, áreas dentre 1 mil e 10 mil ha são submetidas ao Ministério da Agricultura e da Segurança Alimentar; e as extensões superiores precisam passar pelo Conselho dos Ministros.

---

<sup>33</sup> Segundo Mosca (2010, p. 204) as aldeias comunais inauguraram novas relações entre camponeses e a terra. As parcelas familiares ficavam distantes das zonas habitacionais, aumentando o tempo de deslocamento e a relação com árvores frutíferas e pequenas hortas.

<sup>34</sup> Segundo entrevista de um docente da Universidade Eduardo Mondlane, depois da Independência, o debate da terra em Moçambique teve alguns momentos principais: Constituição de 1975, Lei de Terras de 1979, Alteração da Lei de Terras em 1986, Constituição de 1990, Nova Lei de Terras de 1997, Constituição de 1994 (MOSCA, 2010).

Dessa forma, lembra Mosca (2010, p. 207) a partir da Lei de Terra de 1997 houve uma grande procura por títulos<sup>35</sup>, abrindo brechas para um processo crescente de mercantilização cuja finalidade era: implementar de empreendimentos próprios, atrair sociedades com capital internacional, especular com o valor da terra no tempo, explorar recursos naturais entre outros. Na prática se acentuou a utilização da terra como negócio (MOSCA, 2010, p. 209; MARTINS, 1982). A propriedade da terra pelo Estado não impossibilita os grandes investimentos de nela aterrizarem. Ao contrário. E é vislumbrando esse mercado que instituições como o Banco Mundial e o FMI, entusiastas da privatização, não imponham de forma mais contundente a privatização. Uma liderança de uma organização religiosa, aponta:

“Nós iniciamos o trabalho de iniciação comunitária sobre assunto de terra em 2009, com a Matanuska. (...) Começamos a nos convencer de que precisaríamos fazer alguma coisa. Trabalhar a importância da terra com o camponês. Fazer conhecer a lei de terras, entender o DUAT comunitário. (...) Buscamos financiamento para o trabalho, mas todos os organismos que procuramos pareciam ter algum interesse, preparavam terreno para o investidor. Apostavam no DUAT familiar e não queriam saber do DUAT comunitário. Não queriam o DUAT comunitário para ser mais fácil negociar depois” (informação oral, entrevista com uma liderança de organização religiosa de Nampula).

A luta pela terra, deslocamentos e indenizações foram recorrentes ao longo do corredor logístico de Nacala: na mina e ao longo de todo o corredor. Para a construção e recuperação da linha férrea, empreendida pela Vale, Mitsui e governo moçambicano, com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento, foram criadas zonas de proteção parcial de 50 metros ao longo quase 900 km. Nesse trajeto não pode ser adquirido o DUAT (Regulamentação da Lei de Terras - Decreto 66/1998). Essas mesmas áreas, contudo, eram densamente ocupadas, desde a Independência, por comunidades inteiras que vivem da agricultura. Como nos ilustra a fala de um professor da Universidade de Lúrio entrevistado:

“(...) os agricultores comerciais brasileiros querem ficar próximos da infraestrutura de transportes que já existe, querem ficar próximos da estrada e próximos da ferrovia. E esses lugares são aqueles que por uma razão histórica estão mais populosos. Tem muita gente. A guerra concentrou a maior parte das pessoas junto dessas vias de comunicação porque era o lugar com alguma segurança e o lugar onde podiam ter acesso, algum acesso. Então à beira das estradas havia terras abarrotadas de gente porque era, durante muitos anos, na altura da guerra, o único lugar que podiam ter acesso (...)” (informação verbal, docente da Universidade de Lúrio)

---

<sup>35</sup> Mosca (2010, p. 209) aponta que dificilmente se sabe quem são os concessionados, tendo em vista que aparentemente o registro de terras está blindado. Ele lembra que não é obrigatória a publicação de despachos de autorização de pedidos de aquisição do direito do uso e aproveitamento da terra no Boletim da República ou qualquer outro documento. Normalmente são elites que dominam os centros de decisão, investidores externos, investidores nacionais, comunidades que se organizam por intermédio de organizações internacionais e que, depois, repassam ou alugam terras. Diante disso, o autor se questiona se o “tabu” em torno desse processo seria a intencionalidade de tornar a privatização mais fácil, tornando-a um caso de simples troca de títulos.

Nessa situação, camponeses<sup>36</sup> de Kambulatsitsi relatam como o corredor trouxe consigo as empresas que ao chegarem no território passaram a realizar negociações em torno da terra, fortalecendo e inflacionando os preços no mercado informal. Ao longo do corredor, outros relatos como esses foram registrados, inclusive no Maláui.

“(…) Desde quando acabou a guerra eu parei aqui nessa comunidade e estou aqui a viver. Mas tem muito problema. Por isso fizemos greve [manifestação, em 2014] na linha férrea. Apareceu o governo e a Vale. Eles disseram que seriam camaradas. Estiveram com o chefe de agricultura e disseram que estavam em estudo. Mas logo chegaram” (informação verbal, camponês de Kambulatsitsi, entrevista concedida, grifo nosso).

“Antes de mais nada, antes de aproximar a linha férrea veio uma delegação para aqui. Reuniu todos querendo saber quem eram as pessoas que tinham machambas, que tinham casas. fizeram uma delimitação [até 50 metros]. Fizeram cerimônias tradicionais, porque são cerimônias importantes para nós. Foi bonito, falaram tudo (informação verbal, camponesa de Kambulatsitsi, entrevista concedida, grifo nosso).

A terra em Moçambique não pode ser vendida. No caso dos grandes projetos, as empresas só precisam indenizar as famílias pelas benfeitorias feitas (cercas, casas, machambas<sup>37</sup> etc.). Nessas negociações, as corporações aparecem ao lado do Estado e se utilizam de diferentes estratégias: implementação de projetos de responsabilidade social corporativa, a realização de rituais tradicionais ou religiosos e a contratação de antropólogos e assistentes sociais. Há muita pouca clareza dos cálculos das indenizações, como vemos no relato abaixo:

“Eles tem as máquinas deles e, com a máquina na mão, eles calculam quanto vale a machamba. A machamba... a linha férrea passava no meio, então vamos medir: 50 metros de um lado e 50 metros do outro lado. [Quem eram as pessoas?] Foram pessoas da Vale. São essas pessoas. Não nos mostraram nada, nenhum papel, nada. Sempre tinha alguém do governo junto, sempre tinha (...) Machambas em descanso, falavam que eram abandonadas, não podem contar para indenização. Só contaram aquelas que estavam trabalhando” (informação verbal, camponês de Kambulatsitsi, entrevista concedida, grifo nosso).

Muito embora as desapropriações tenham sido feitas na marca de 50 metros, só foram indenizados 15 metros. As machambas que estavam em repouso não foram contabilizadas. Os camponeses praticam uma agricultura itinerante, repartindo sua terras em distintas parcelas devido aos tipos de solo e apoiando-se na prática do pousio, como estratégia de minimização de riscos. Esse costume não foi considerado nas negociações com a terra.

---

<sup>36</sup> Optamos por utilizar o termo camponês, aqui, livremente, tendo em vista que era como as famílias se reconheciam durante as entrevistas (camponeses e agricultores, em alguns momentos). Apoiados na definição de Mosca (2010, p. 81) nos referimos aqui aos produtores de pequena dimensão que tem como características: deter pequenas áreas de produção (menos de 4 ha em sequeiro e 2 ha em irrigação) dispersos em mais de uma parcela como estratégia de redução de risco e em virtude da diversidade do solo; que utilizam tecnologias intensivas em trabalho; não usam insumos externos; e produzem em grande parte para autoconsumo (apenas alguns com culturas de rendimento); pouca integração nos mercados.

<sup>37</sup> Parcela ou unidade de produção agrícola.

O Estado aparece, ora como sócio no empreendimento, ora como regulador. Cabe ao Estado justificar a transferência da terra para a iniciativa privada, negociar as demolições das casas, legitimar a indenização, bem como reprimir nos momentos de revoltas e manifestações. Grande parte dos entrevistados ressaltou a falta de transparência e escassez de informações sobre os projetos e os critérios de negociação. Nesses arranjos, não raro, apareceu o papel de mediador das lideranças locais, régulos ou outras autoridades tradicionais. A Lei de Terras estabelece que a concessão de terras deve incluir o parecer das autoridades locais precedido da realização de consultas às comunidades, nas quais as lideranças tradicionais tem um papel muito importante. Matavel et al (2011, p. 30), destacam que nas consultas as comunidades não tem conhecimento do que é o projeto; são excluídas em detrimento das elites locais ou apenas de parte das comunidades; não podem dialogar sobre nem questionar o projeto.

Essas evidências nos levam a pensar nos múltiplos arranjos, do global ao local, formais e informais, que precisam ser articulados em suas diferentes escalas para permitir que os grandes negócios com a terra cheguem aos territórios (EDELMAN et al, 2013) ou, em contrapartida, para bloquea-los ou paralisa-los (FERRANDO, 2015). A sobreposição de diferentes atores, sejam globais e multilaterais, governamentais, privados ou lideranças tradicionais, e a conformação de alianças e conflitos, tem se mostrado decisivos nos processos de apropriação de terras em Moçambique. Por outro lado, foi também uma articulação transnacional que possibilitou, em parte, a desaceleração do ProSavana. Observemos a fala de uma liderança local da UNAC -Nampula:

“O governo alega que fez consulta comunitária, mas o que está sendo feito é uma consulta contrária. A consulta comunitária tem passos, não é apenas um dia, uma reunião... e obrigar a comunidade a assinar a autorização. (...) Fizeram consulta e obrigaram a comunidade a assinar a declaração da terra. Mas aquela comunidade que assinou aquela declaração não faz machambas naquela área, não tem parcelas. Alguns membros da comunidades e líderes estão aceitando isso. Estamos tristes e preocupados... Percebemos que só o líder havia assinado e o líder não é a comunidade, o líder é o líder. Ele é representante, mas o líder não pode sozinho assinar declaração de entrega de terra” (informação verbal, liderança local da UNAC -Nampula).

O mesmo é confirmado pelo docente da Universidade de Lúrio:

“Nossa Lei de Terras diz que quem quer seja que busque a terra tem que fazer consulta às comunidades. Existe na lei mas ninguém sabe quem é a comunidade. E quem assinou a consulta. As empresas.... todas fizeram consultas. Elas eram: chamar as pessoas, distribuir garrações de vinho, milhares de tecidos de capulana, alguns sacos de açúcar e sal... diziam que queriam ficar com aquela porção de terra. E a resposta: Ah! está bem, já nos fizeram a consulta, nós vamos lá trabalhar, só queremos emprego aqui” (informação verbal, docente da Universidade de Lúrio).

Nas áreas mais urbanizadas, o caráter relativamente “forçado” também está presente na fala de uma moradora de Cuamba que, até o momento da entrevista, estava vivendo de “vale-aluguel”, tendo em vista que sua casa havia sido demolida.

“Apareceram uns três senhores para fazer levantamento de quem morava perto da linha. Expliquei que morava lá com a minha filha, uma casa de dois quartos e uma sala. Disseram: a senhora vai mudar, vamos dar um valor para você alugar outro sítio e aqui abandonar. A única opção era mudar. Era um grupo da CDN. (...) Depois trouxeram uns papéis para vermos os valores: havia um valor por casa e pela casa de banho. Mas não deram o dinheiro e nem disseram como iriam pagar. (...) me deram dinheiro para alugar um outro sítio por seis meses, e depois vão fazer uma construção. Não me falaram onde será a nova casa, não falaram nada. (...) Assim que passaram seis meses eles apareceram com outros papéis e me deram mais seis meses de aluguel. Foram os mesmos da CDN” (informação verbal, moradora de Cuamba que teve a casa demolida).

Muito embora a resistência aos deslocamentos seja significativa, boa parte das entrevistas mostrou que os camponeses são levados a sair pela crença no “desenvolvimento do país”. O Estado fortalece essa narrativa e aqueles que tentam resistir ou questionar as concessões logo são repreendidos e censurados por se “colocarem contra o desenvolvimento”, o interesse nacional. A esperança nos empregos gerados e em ações de responsabilidade social empresarial tem operado, também, como fatores de convencimento. O Estado, em parceria e sociedade com atores privados, tem tido um papel central na construção do discurso do interesse público, bem como na agilização das negociações.

As entrevistas realizadas demonstram, contudo, que ainda que o emprego tenha sido uma promessa repetida constantemente e com grande repercussão nas comunidades, as vagas geradas foram insuficientes e temporárias. Uma agricultora com a qual conversamos em Kambalatsitsi, por exemplo, nos contou que há alguns meses seu marido, que trabalhava na machamba, passara a prestar serviços para a CDN controlando a “invasão” da linha férrea por crianças e animais. Não obstante a existência da crítica e do ceticismo com relação ao corredor, há também a crença e a esperança na criação de emprego, o que ganha peso diante da falta de oportunidades e de trabalho no meio rural moçambicano, em particular, em se tratando dos jovens. Segundo relato

“Algumas pessoas foram trabalhar na obra, nas empresas. Alguns se inscreveram e eles aceitaram. Mas não foram muitos. Muita gente se inscreveu, mas não conseguiu nada. Nunca foram chamados” (informação verbal, senhor entrevistado em Cuamba).

Há também a perspectiva de que o trem e a recuperação da ferrovia pudessem ter efeitos positivos sobre a vida das comunidades camponesas, facilitando seu deslocamento e ampliando a chegada de serviços, como energia e serviços sociais. Esperam que o corredor logístico opere como o dinamizador da vida econômica e impulsionador de serviços sociais nas comunidades. No Maláui, uma

comunidade cortada pela linha férrea tinha esperança na chegada da luz elétrica e na construção de uma estação de trem, o que acabou não se confirmando.

Conforme a declaração de uma senhora de Cuamba:

“A linha férrea já existia. Passava trem de mercadorias. Agora vai mudar. Vai ficar bom, queremos comboios de passageiro. A linha trará um futuro bom, estamos contentes com o que há de acontecer. Porque a linha está muito organizada e será muito fácil chegar no destino que nós precisarmos. Na chapa [carro de lotação] pagávamos muito caro” (informação verbal, senhora entrevistada em Cuamba, grifo nosso).

Conseguimos apanhar, durante o campo, a partida do trem de passageiros da estação de Cuamba e verificar a grande quantidade de pessoas que tentava ingressar no trem. Poucos conseguiram garantir um lugar. Como podemos ver o relato de um senhor que acompanhava a neta que pegou o trem:

“Eu não faço nada, sou camponês. (...) Compramos antes o bilhete. O trem sempre vai muito cheio. Ele varia: para lá hoje [domingo], volta na terça-feira, na quarta vai para lá, na quinta vem, na sexta-feira, vai para lá. Ele só para na segunda-feira<sup>38</sup>. Todos os dias da semana tem uma viagem. Dantes trocavam os comboios, eram dois por dia... mas agora tem só uma, vai só uma vez. Por isso as pessoas não encontram lugar. Não há tanto lugar” (informação verbal, senhor na estação de Cuamba).

Uma liderança da UNAC em Nampula reforça a importância do trem para os camponeses, bem como ressalta a importância do fluxo de pessoas nos trens para a comercialização da produção local.

“A ferrovia possibilita o camponês viajar e também vender os seus produtos. E, aí, sem avisar, cancelam a passagem e é só mercadoria... a vida será mais difícil. Portanto, a reabilitação da linha piora nossa vida. (...) Trem e apeadeiros são importantes para os camponeses. Aproveitam os comboios... os camponeses vão à estação e vendem seus produtos. Agora para apanhar o comboio é muito difícil” (informação verbal, liderança da UNAC em Nampula).

O corredor, entretanto, não aumentou o número de trens de passageiros e nem de estações (apeadeiros). Ao contrário, ambos foram reduzidos<sup>39</sup>. Segundo informações, após a recuperação da linha férrea, a quantidade de viagens de trens de passageiros caiu pela metade<sup>40</sup>, tornando os trens mais lotados e menos acessíveis aos camponeses. Os trens de mercadorias, em contrapartida, se

---

<sup>38</sup> Horários confirmados no sítio eletrônico da CDN. Não conseguimos confirmar os horários anteriores à reabilitação da ferrovia.

<sup>39</sup> Segundo matéria de jornal de julho de 2013, houve uma redução no número de paragens entre Cuamba e Nampula. De um total de 27 paragens (entre estações e apeadeiros) foram mantidos apenas nove estações e apeadeiros. O tempo de viagem foi reduzido de 10 para 7 horas. Fonte: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2013/07/comboio-de-passageiros-nampula-cuamba-passa-a-ser-mais-rápido.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/07/comboio-de-passageiros-nampula-cuamba-passa-a-ser-mais-rápido.html)

<sup>40</sup> <http://cdn.co.mz/transporte-de-passageiros/> - os trens de Cuamba a Nampula são diários (num dia um trem de passageiros segue em direção à Nampula, no dia seguinte inverte a direção), sendo que às segundas-feiras não tem trem.

intensificaram. A recuperação e ampliação do corredor, nesse sentido, não melhorou a mobilidade das comunidades do entorno. O território no qual se estruturou o corredor econômico vem se orientando para os fluxos de escoamento de mercadorias e as necessidades das empresas, operando numa lógica cega para a vida cotidiana e acentuando a característica de enclave econômico. O corredor econômico, nesse sentido, transporta com mais rapidez o carvão de Tete em direção “à sua porta de saída”, mas deixa pouco espaço para o transporte de pessoas que, na competição com as mercadorias, são obrigadas a buscar outras alternativas de locomoção.

## 5. Conclusões

Nos últimos anos, o ProSavana, programa de cooperação trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, e que procurava transpor para a savana moçambicana um programa de desenvolvimento agrícola inspirado no Prodecer, tornou-se alvo de muita polêmica, capitalizando as atenções de atores governamentais, privados, acadêmicos, representantes da sociedade civil organizada e movimentos sociais. Não obstante os poderosos interesses por detrás do programa e o apoio proativo do governo moçambicano e de organismos internacionais na sua viabilização, a experiência do ProSavana demonstra como as iniciativas recentes de controle de terras estão abertas às negociações e às contingências, deixando espaço para as resistências e reações políticas. Fatores como a queda nos preços das *commodities*, o prolongamento da crise econômica mundial e mudanças na conjuntura política brasileira contribuíram para que o programa tivesse sua velocidade de implementação suavizada e as críticas e denúncias visibilizadas. Mas a reação política que se conformou e que conseguiu, a despeito das dificuldades, articular uma rede de organizações transnacional que se dispôs a realizar um trabalho coletivo de *advocacy* e de levantamento de informações, teve um papel decisivo.

Esta na raiz do sistema capitalista a constante busca pela ampliação dos espaços de acumulação de capital, por meio da combinação de processos de exploração e de expropriação e da construção e desconstrução do espaço. O engessamento do ProSavana, portanto, não quer dizer que os planos de desenvolvimento para o Corredor de Nacala com base em políticas liberalizantes e de implementação da agricultura em larga escala tenham sido superados. O trabalho de levantamento bibliográfico e documental empreendido nesse trabalho, bem como as entrevistas realizadas, nos levam a crer que muita coisa ainda está por vir. Chama atenção a quantidade de iniciativas que são planejadas e direcionadas para essa região estratégica e o leque diversificado de atores que disputam essas mesmas iniciativas e terras. Enquanto o ProSavana encontra-se imobilizado e sob os holofotes, outras iniciativas são aceleradas na penumbra. Na atual conjuntura, não está no ProSavana a grande força motriz dos processos de *land grabbing* no Norte de Moçambique, mas em torno do Corredor Econômico de Nacala, que dilui as ações e para o qual convergem inúmeras iniciativas, de grandes corporações e da cooperação internacional.

Nem sempre valorizado nas análises, chamamos atenção nesse artigo para a importância de prestarmos mais atenção nessas estruturas que, além do componente logístico, guardam uma importante dimensão política ao fomentarem políticas econômicas diferenciadas (mas também trabalhistas e ambientais) e ao corporificarem o alinhamento do Estado e das políticas públicas aos interesses privados corporativos. Adicionalmente, ao encurtarem e baratearem a distância entre extração e consumo, indiretamente, essas estruturas cumprem um importante papel na abertura de novos espaços para o avanço do capital e para o estímulo a outros setores econômicos (mineral, agrícola entre outros). A pesquisa implementada evidenciou a centralidade do corredor na articulação de diferentes dinâmicas econômicas e no impulsionamento de processos de expropriação ou de controle de terras, passando-as da agricultura tradicional para o controle de grandes corporações e acelerando o processo de mercantilização.

Ao cruzar múltiplos territórios e comunidades, bem como ao produzir impactos diferentes ao longo do seu trajeto, o corredor torna ainda mais desafiadora a construção e o fomento de uma resistência como aquela observada em torno do ProSavana. Partindo do entendimento de que, nos tempos futuros, as terras e os recursos naturais seguirão no centro da dinâmica e das disputas capitalistas, destacamos a importância da consolidação de uma abordagem teórica abrangente dos corredores econômicos, das suas dinâmicas e das resistências que se conformam ao longo do mesmo. Cabe-nos, buscar novos instrumentais que nos permitam avançar em questões como: como articular, numa perspectiva teórica coerente, as diferentes iniciativas ativadas pelo corredor econômico? Como perceber as diferentes alianças e conflitos que são estabelecidos entre diferentes

atores sociais? Como identificar e aprofundar a análise das resistências, tendo em vista sua diversificação, suas diferentes dinâmicas, as variadas bandeiras que levantam e a localização ao longo do corredor? Qual o papel do Estado na sua implementação, legitimação e no apaziguamento dos conflitos? A análise dessas questões, ao nosso ver, está apenas começando. Esperamos que este artigo contribua nessa direção.

## Bibliografia

APEX-BRASIL. As Exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas. Brasília: APEX, 2011. Acesso em maio de 2017. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>LAWSON, S.

ARAGHI, F. Food Regimes and the Production of Value: some methodological issues. The Journal of Peasant Studies, 30: 2, 08 de setembro de 2003. Pg. 41-70.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. AfDB to support Mozambique SMEs in the construction sector along Nacala Corridor. 20/06/2017. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/news-and-events/afdb-to-support-mozambique-smes-in-the-construction-sector-along-nacala-corridor-17128/>

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programme for Infrastructure Development in Africa: transforming Africa through modern infrastructure. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/PIDA%20brief%20closing%20gap.pdf>

BANCO MUNDIAL. Perspectivas para os Polos de Crescimento em Moçambique: sumário do relatório. Banco Mundial, 2010.

BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI. Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, volume 40, número 2, 2013, p. 67-78.

BORRAS, S. FRANCO, J. e WANG, C. The Challenge of Global Governance of Land Grabbing. Globalizations, volume 10, número 1., janeiro de 2014. p. 161-179.

BURCHARDT, H. DIETZ, K. (Neo-)extractivismo -a new challenge for development theory from Latin America. Third World Quarterly, 35: 3, 2014. 468-486.

CERDAS, G. V. (coord.). A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Taoajós na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: ActionAid e Fase, 2017.

CLAPP, J. Distant agricultural landscapes. Sustain Sci, volume 10. 2015. p. 305-316.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. Agenda 2063: a África que queremos - Versão Popular. Etiópia: União Africana, 2015. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063>

COTULA, L. The New Enclousures? Polanyi, international investment law and the global land rush. Third World Quarterly, volume 34, número 9. 2013. p. 1605-1629.

COTULA, L.; VERMEULEN, S.; LEONARD, R.; KEELEY, J. Land Grab or Development Opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa. Londres/Roma: IIED/FAO/IFAD, 2009.

DAVIRON, B. NANGO, N. MURPHY, S. RASHID, S. Price Volatility and Food Security: a report by The High Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Rome: FAO, 2011.

DEY, I. e GRAPPI, G. Beyond Zoning: India's Corridors of “Development” and New Frontiers of Capital.

South Atlantic Quarterly, número 114, volume 1. Janeiro de 2015. p. 153-70.

EDELMAN, M. OYA, C. BORRAS JUNIOR, S. M. Global Land Grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. Third World Quarterly, volume 34, número 9. 2013. Pp. 1517-1531.

FERRANDO, T. Dr. Brasília and Mr. Nacala: the apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus. Revista de Economia Política, volume 35, número 2 (139). abril-junho de 2015. pp. 343-359.

FERREIRA, A. C. A luta pela energia. Crise do capitalismo e a nova ofensiva global pelos recursos naturais pós-2000. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 104, 2016.

GARCIA, A. S.; KATO, K. . A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. Tensões Mundiais / World Tensions, Fortaleza, p. 145 - 171, 21 jul. 2014.

GARCIA, A. KATO, K. Y. M. Políticas Públicas e Interesses Privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. Caderno CRH, Salvador, volume 29, número 76. Janeiro e abril de 2016. pp. 69 a 86.

GAZETA DO POVO. Arco-Norte quer dobrar capacidade de exportação em dez anos. Agronegócio. 22/07/2014. Acesso em maio de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/arco-norte-quer-dobrar-capacidade-de-exportacao-em-dez-anos-3ud6hodifac87rk7tkv1oylfo>

GOODMAN, D. WATTS, M. Reconfiguring the Rural or Fording the Divide: capitalist restructuring and the global agro-food system. The Journal of Peasant Studies, 22: 1, 1994. P. 1-49.

GRAIN. Os Usurpadores de Terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique (relatório). Moçambique: UNAC e GRAIN, fevereiro de 2015.

GROW AFRICA SECRETARIAT. Summary of Outcomes of Grow Africa Sessions during World Economic Forum on Africa 2017. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: <https://www.growafrica.com/groups/summary-outcomes-grow-africa-sessions-during-world-economic-forum-africa-2017>

G8. Quadro de Cooperação do G8 para Apoiar a “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique. Moçambique: G8 New Alliance for Food Security and Nutrition. s/d

HARVEY, D. O “novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. Nova Iorque: Oxford, 2003.

HARVEY, D. The New Imperialism. Socialist Register, 2004. p. 95-125.

HEACOCK, D. STUPNYSKA, A. BRICs and Beyond. Goldman Sachs Global Economics Group, Acesso em maio de 2017. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-book/brics-full-book.pdf>

HERNANDEZ, L. L. A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In.:

Essays on Economic Development and Cultural Changes. Chicago: University of Chicago, 1977.

HOBSBAWM, E. A Revolução Industrial. In.: HOBSBAWM, E. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPE, A. e COX, J. Development Corridors. Economic and Private Sector Professional Evidence and Applied Knowledge Services. Coffey International Development. Londres: EPS, 2015.

IELY R. Global Inequality and the Rise of the South. In.: KIELY R. The BRICs, US Decline and Global Transformations. Londres: Palgrave, MacMillan, 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. New Growth Drivers for Low-Income Countries: the role of BRICs. Prepared by the Strategy, Policy and Review Department. Washington: FMI, janeiro de 2011. Acesso em: julho de 2017. Disponível em: <http://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2016/12/31/New-Growth-Drivers-for-Low-Income-Countries-The-Role-of-the-BRICs-PP4534>

LEVIEN, M. Da Acumulação Primitiva aos Regimes de Desapropriação. Sociologia e Antropologia. Volume 04, número 01. junho de 2014. p. 21-53.

LOBO, A. A Ascensão dos Portos do Arco Norte na Exportação de Soja. ILOS, Especializada em logística e supply chain. 28/10/2016. Acesso em maio de 2016. Disponível em: <http://www.ilos.com.br/web/a-ascensao-dos-portos-do-arco-norte-na-exportacao-de-soja/>

LORENZI, F. Logística. 6o Encontro de Logística e Transportes: a competitividade do Agronegócio e o Sistema Logístico Brasileiro. São Paulo, junho de 2011. Acesso em maio de 2017. Disponível em: [http://www.revistaferroviaria.com.br/seminarioterminais/palestras/fabiano\\_lorenzi.pdf](http://www.revistaferroviaria.com.br/seminarioterminais/palestras/fabiano_lorenzi.pdf)

MARTINS, J.S. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva (Capítulo XXIV). In.: MARX, K. O Capital: crítica da Economia Política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1996.

MATAVEL, N.; DOLORES, S.; CABANELAS, V. Os Senhores da Terra: análise preliminar do fenômeno da usuração de terras em Moçambique. Maputo: Justiça Ambiental e UNAC, 2011.

MCMICHAEL, P. A Food Regime Genealogy. The Journal of Peasant Studies, 36: 1, 2009. 139-169.

MINAG. Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura Africana. s/d. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: [http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/CAADP\\_Poster2012\\_Conf\\_IntervencoesComunitariasdeNutricao.pdf](http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/CAADP_Poster2012_Conf_IntervencoesComunitariasdeNutricao.pdf)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR. Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique. Esboço versão 0. Março de 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (2010-2019). Moçambique: Ministério da Agricultura, março de 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura Africana. Moçambique: Ministério da Agricultura, março de 2010. s/d.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA e FINANÇAS. O Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique (PEDEC NACALA). Relatório Final de Estudo. Abril de 2015.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Mozambique Integrated Growth Poles Project (P127303) - Environmental and Social Management Framework. Draft Final. Maputo, fevereiro de 2013.

MOSCA, J. NOVA, Y. Zambézia: rica e empobrecida. Observador Rural - Documento de Trabalho número 39. Maputo: Observador Rural, 2016.

MOSCA, J. Porque é que a produção alimentar não é prioritária? Observador Rural. n. 1, 2012 (documento de trabalho).

MOSCA, J. ProSavana. Observatório do Meio Rural, Destaque Rural número 5. 01/08/2014.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. Grandes Projetos e Segurança Alimentar em Moçambique. Maputo: Março, 2013.

MZALE, D. MW to benefit from AfDB funding. The Nation, Breaking News. 06 de janeiro de 2016. Acesso em agosto de 2017. Disponível em: <http://mw-nation.com/mw-to-benefit-from-afdb-funding/>

NOGALES, E. G. Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector. Agribusiness and Food Industries Series, número 4. Rome: FAO, 2014.

OKADA, K. R. The Role of Japan in Overseas Agricultural Investment: case of ProSavana Project in Mozambique. Land Grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia. International Academic Conference. Conference Paper number 82. Chiang Mai University, junho de 2015.

PAUL, H. e STEINBRECHER, R. New Alliance for Food Security and Nutrition. Who benefits, who loses? EcoNexus. Report. Junho de 2013. p. 1-17.

PROSAVANA. Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala - Nota Conceitual. Maputo: ProSavana, 2013.

SADC. Regional Infrastructure Development Master Plan - Executive Summary. Botswana: SADC, 2012.

SASSEN, S. A Savage Sorting of Winners and Losers: contemporary versions of the primitive accumulation. Globalizations, volume 7, número 1. P. 23-50.

SASSEN, S. A seleção selvagem. In.: SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SASSEN, S. Economias em contração, expulsões em expansão. In.: SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SASSEN, S. Land Grabs Today: feeding the disassembling of national territory. Globalizations, 10. Acesso em maio de 2017. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2013.760927?journalCode=rglo20>

SASSEN, S. O Novo mercado global de terras. In.: SASSEN, S. Ecpulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SELEMANE, T. Reassentamentos: viabilizar projetos extrativos, empobrecendo as comunidades. Mesa redonda do Observatório do Meio Rural (OMR): Capital e conflitos no meio rural. Maputo: OMR, outubro de 2016a.

SELEMANE, T. Tete e Catemi: entre a Implosão do El Dorado e a Contínua Degradação das COndições de Vida dos Reassentados. Observador Rural, document de trabalho número 45. Maputo: OMR, outubro de 2016b.

TVM. Projeto Polo de Moçambique. Published on May 15, 2016. Vídeo do You Tube.

UNCTAD. Commodities and Development: report 2015. Samallholder farmers and sustainable commodity development. Genebra: UNCTAD, 2015. Acesso em maio de 2017. Disponível em: [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d5\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d5_en.pdf)

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. The Rise of BRICS FDI and Africa. Global Investment Trends Monitor, special edition, unedited version, 25 de março de 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World Investment Report - 2016. Investor Nationality: policy challenges. Genebra: ONU, 2016.

WHITE, B. et al. The New Enclosures: critical perspectives on corporate land deals. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, 2012. pp. 619-647.

WILKINSON, J. GOODMAN, D. Les Analyses en Termes de “FOOD Regime”: une relecture. In.: ALLAIRE, G.; DAVIRON, B. (org.). Transformations Agricoles et Agroalimentaires: entre écologie et capitalism. Paris: Éditions Quae, 2017.

World Bank. 2013. *Mozambique - Integrated Growth Poles Project*. Washington DC : World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/601401468058727044/Mozambique-Integrated-Growth-Poles-Project>

WORLD ECONOMIC FORUM. African Strategic Infrastructure Initiative Summary: overview since inception. Genebra: WEF, 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. Putting the New Vision for Agriculture into Action: a transformation is happening. Genebra: WEF, 2012.